

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E DEZASSETE:**=====

===== *Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, pelas dezassete e trinta horas, no **Auditório da Junta de Freguesia de Loureiro**, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelo Senhor **António Luís da Fonseca e Grifo** – Primeiro Secretário e pela Senhora **Ana Sofia Ferreira Pinho** e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Votação das atas n.ºs 26; 27 e 28;*=====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;*=====

===== **Ponto três:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2016 – Atualização a 18 de janeiro de 2017 - Apreciação;*=====

===== **Ponto quatro:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31/12/2016 – Atualização a 18 de janeiro de 2017 - Apreciação;*=====

===== **Ponto cinco:** *II Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social do Município de Oliveira de Azeméis – 2017/2019 – Aprovação;*=====

===== **Ponto seis:** *Renovação do contrato interadministrativo de cooperação financeira celebrado com a Freguesia de Cesar, para as atividades desenvolvidas na Casa de Leitura – Aprovação;*=====

===== **Ponto sete:** *Proposta de regularização de situações relativas a contratos de arrendamento na Urbanização de Lações – Aprovação;*=====

===== **Ponto oito:** *Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida – Subsídios – Conhecimento e autorização de assunção de compromissos plurianuais;*=====

===== **Ponto nove:** *“Critério de repartição” da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto pelos Municípios Associados – Aprovação;*=====

===== **Ponto dez:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal das Explorações Pecuárias, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;* =====

===== **Ponto onze:** *PI/3402/2016 – MAJC – Plásticos Lda., Carregosa – Reconhecimento de Interesse Público Municipal, no âmbito do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março;* =====

===== **Ponto doze:** *PI/5079/2016 – PLATEC – Injeção de Moldes, Lda. – Relocalização do troço de ligação da Rua do Amial à Rua das Cancelas, sito na freguesia de S. Roque – Desafetação de parcela de terreno – Aprovação;* =====

===== **Ponto treze:** *PI/270/2014 – Maria Luísa de Sousa aleixo Duarte – Pedido de isenção de pagamento de taxa devida pela ocupação do espaço público com esplanada fechada – Aprovação;* =====

===== **Ponto catorze:** *PI/960/2015 – Avelina Emília Queirós da Costa Pinho – Pedido de isenção de taxas relativas à legalização de estabelecimento comercial – Aprovação;* =====

===== **Ponto quinze:** *Proposta de sinalização vertical na Rua de Casaldias, Freguesia de Martinho da Gândara – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de sinalização vertical na Rua da Espinheira, Freguesia de S. Martinho da Gândara – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 1º semestre de 2016 – Apreciação.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, José Filipe da Silva Carvalho, José Domingos Campos da Silva, Carlos Manuel Costa Gomes, António Castro Alves da Cruz, Nuno Ricardo Fernandes Pires, Maria Helena Soares de Oliveira Lestre, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro, José Rodrigues Santos e Carlos Manuel Pinho e Silva.*

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Bruno Armando Aragão Henriques, Helena Maria Dinis dos Santos, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, Rosa Maria de Castro Rodrigues, José Ramos da Silva, Rui Jorge Duarte Rios Santos, Pedro Luís Paiva Dias, Nuno Miguel Soares de Jesus, Cristina*

Maria Valente de Pinho, António Marques Silva, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva. =====

===== **Independente:** Pedro Miguel da Silva Barbosa. =====

===== **Ausência dos Membros:** António Manuel Alves da Costa Rosa (PSD) e Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey (PSD), Ana Raquel Simões Teixeira (PS). =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: José Filipe da Silva Carvalho que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Helga Alexandra Freire Correia; Rosa Maria de Castro Rodrigues que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido José Manuel Marques Ribeiro, Pedro Miguel da Silva Barbosa que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando: =====

===== Muito boa tarde a todos. Vamos dar início, com um ligeiro atraso, a esta Assembleia Municipal em Loureiro. Deixem-me que saúde todo o executivo, todos os deputados, todos os presentes, todo público que se dignou estar presente nesta Assembleia Municipal, e saudar o senhor presidente da Junta de Loureiro pela amabilidade em nos receber mais uma vez aqui na sua terra, na nossa terra também. E, em nome dele cumprimentar e uma saudação especial também para todos os antigos presidentes de Junta que conseguiram que Loureiro fosse hoje ma realidade e uma freguesia muito importante do nosso concelho. Também lembrar que hoje é a primeira Assembleia Municipal em que o novo presidente da Câmara está presente e, logo em Loureiro sua terra natal, uma saudação especial. Outra saudação também especial para a vereadora professora Manuela porque é uma estreia nestas lides políticas. É uma estreia que nós todos devemos realçar porque, durante tantos anos dedicada ao ensino que será naturalmente a sua zona de conforto, aceitou um desafio que não é fácil e está aqui também connosco para ajudar a resolver os problemas do nosso concelho. E, como estamos em Loureiro, como não temos aqui a Segunda Secretária (Helga Correia) que por motivos de Assembleia da República não pode estar presente, eu convidava a secretária suplente (Ana sofia Pinho), pelo menos nas minhas assembleias quando falta a Helga, que acabou de chegar. É melhor não se sentar e vir aqui para o meu lado que está muito melhor acompanhada. Já que a

Mesa está completa, para dar início a esta Assembleia Municipal eu dava a palavra ao presidente da Junta de Freguesia de Loureiro – Rui Luzes Cabral.=====

===== Muito boa tarde a todos. Sejam muito bem-vindos a Loureiro. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal - um loureirense ao serviço de todo o território oliveirense - espero que o seu trabalho agora como novo presidente de Câmara se traduza em conquistas para todos nós, Excelentíssimos senhores vereadores, Excelentíssimos senhores presidente de Junta de Freguesia, Excelentíssimos membros desta Assembleia Municipal; dirigentes associativos aqui presentes, loureirenses; comunicação social; minhas senhoras e meus senhores. Receber mais uma vez uma Sessão da Assembleia Municipal, é receber por representação política todo o nosso Concelho. Agradeço em nome da Freguesia de Loureiro a vossa visita e espero que seja um momento rico de debate construtivo, para que governar seja cada vez menos estratégia e mais preocupação com a população. O poder só é benéfico quando o mesmo se transforma em serviço de proximidade. Todo o poder que se alicerça em pura estratégia não é mais que o reconhecimento que as pessoas já não interessam muito. Governar é, por isso, aproximar as dificuldades da resolução efetiva dos problemas das pessoas e dos problemas das freguesias num trabalho constante e preocupado. Governar é a construção da realidade, entre a proximidade e a necessidade, da mais premente à mais lúdica. Governar não é o exercício do poder pelo prazer de o exercer, nem a projeção de imagens que pretendam construir uma história de desenvolvimento. Como dizia o grande Padre António Vieira: - “Nós somos o que fazemos. O que não se faz não existe. Portanto, só existimos quando fazemos. Nos dias que não fazemos, apenas duramos.” Um bem-haja a todos vós por serem agentes ativos na construção do nosso concelho e que o povo tenha cada vez mais o discernimento e a racionalidade de olhar e ver; de ver e reparar; de reparar e avaliar; de avaliar e responsabilizar; de responsabilizar e sonhar; de sonhar e concretizar; de concretizar e avançar. E possa perceber se existimos realmente ou se apenas duramos. Se for só para durar no tempo não vale a pena. Obrigado a todos pela vossa atenção, pela vossa presença. Uma boa Assembleia para todos. Bem-haja.===

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para fazer a seguinte intervenção: Vamos iniciar o período de “Antes da Ordem do Dia”, mas antes tenho aqui uma série de votos de pesar. O Partido Social Democrata apresenta: o voto de pesar pelo falecimento de Carlos Martins Silva, Presidente da FAPCOA, membro da CONFAP que desempenhava atualmente funções de Coordenador da Formação Parental; Pelo falecimento do Ex presidente da República Mário Alberto Nobre Lopes Soares. Queria também informar que em nome da Assembleia Municipal mandei à família do doutor Mário Soares aquando do seu falecimento, um voto de pesar em nome da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis. Voto de pesar também pelo falecimento de António José Pereira Peixoto. Um homem que teve toda a sua atividade profissional e vida pessoal, uma grande paixão pelo associativismo e que dedicou

até ao fim da sua existência humana ao rancho regional de Ul - “Padeirinhas de Ul”, muito do seu saber e do seu tempo. Voto de pesar que também foi enviado por mim, em nome da Assembleia Municipal, ao professor doutor Manuel Serrão. Mandei também em nome da Assembleia Municipal ao ex-presidente da Câmara Municipal de Matosinhos. E também ao doutor João Araújo que, embora não sendo de Oliveira de Azeméis, foi uma pessoa muito importante numa empresa que está em franca expansão, que é a Aspock, vítima de uma doença muito grave que vitimou há três dias. Foi uma pessoa muito importante, fez parte do conselho de gestão da Aspock, na dinamização desta grande empresa que emprega mais de 600 funcionários. Era uma pessoa com 45 anos, portanto demasiadamente jovem para nos deixar. Mas, a vida tem destas coisas. Portanto, para não estar a pedir um minuto de silêncio por cada uma destas pessoas que enumerei, pedia um minuto de silêncio que os engloba a todos. =====

===== Assembleia guardou um minuto de silêncio, de pé. =====

*===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====*

===== Para iniciar Período de “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Amaro Simões presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Cumprimentos ao senhor Presidente da Assembleia, aos senhores Secretários, ao senhor Presidente da Câmara, bem-haja, aos senhores Vereadores, caros colegas presidentes de Junta e de Assembleia, público; amigos louleirenses, particularmente Rui, muito obrigado por nos teres recebido aqui nesta grande terra que todos gostamos. A questão que aqui me trás é uma questão simples mas que me trás preocupado, tendo em conta o histórico destes três anos. Três anos que eu queria esquecer. Senhor presidente, o tempo começa a escassear e eu gostava de saber como é que se vão agilizar as propostas de parceria que nos foram prometidas para efeito de conservação e manutenção de vias. Nós, fomo-nos adiantado, já gastamos à nossa conta perto de 90 mil euros. Queríamos e temos mesmo consciência que temos de investir mais, mas eu queria também algum conforto da Câmara Municipal. O tempo começa a escassear e atrevo-me mesmo a sugerir-lhe/ pedir-lhe uma delegação de competências para podermos agilizar estes procedimentos, porque eu não estou a ver outro procedimento que seja capaz em tão pouco tempo materializar esta proposta que nos foi feita. A nossa parte está consolidada. Posso aceitar e compreender que seja na base do PPI: Acho que já nos dava algum conforto; Claro que se puder ser mais, melhor. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes do PSD. =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge Oliveira e Silva, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Dr. Isidro Figueiredo, senhores Vereadores, senhoras Vereadoras, uma palavra especial também para a professora Manuela, senhores deputados, senhores presidentes de Junta, um cumprimento especial para o senhor Presidente de Junta da Vila de Loureiro, Dr. Rui Cabral, que preside a uma localidade que tem história e que remonta ao ano de 993. É já milenar esta terra e portanto rica de tradições e que aqui também o senhor presidente quis realçar este acontecimento. Senhor presidente, saber receber é muito bom, mas ser recebi exalta o caráter e a nobreza do recebedor. Por isso, estamos gratos por estar aqui neste local que muito bem nos acolhe. Mas também queria, neste momento, felicitar neste começo de Assembleia e dirigir algumas palavras ao senhor presidente da Câmara Isidro Figueiredo que expresso, em meu nome pessoal mas também em nome do PPD/PSD, as maiores felicitações no exercício autárquico que agora preside: Senhor Presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, não o faço apenas por uma questão de amizade pessoal, ainda que esta possa ser fundamental, mas faço-o no estrito dever da minha função enquanto membro desta Assembleia e no estrito dever que esta função nos aufere. Dizer também, senhor presidente, que a função que desde o início do ano assumiu lhe confere o estatuto de presidir sobre o destino de todos os oliveirenses, de todos os munícipes. É um estatuto de elevada responsabilidade e competência, mas também, de caráter, de qualidades que lhe são, no meu entender e no entender do PSD, e no entender de diversos quadrantes da sociedade, reconhecidas. O legado que transitou para o seu mandato é um legado que arrasta consigo uma figura preeminente e uma figura grada da vida autarca oliveirense, o seu antecessor doutor Hermínio Loureiro. Um homem que não queria esquecer agora também neste momento, um homem que mostrou de facto rigor e imprimiu na condução dos destinos da autarquia e demonstrou qualidades únicas para projetar o nome de Oliveira de Azeméis para um patamar único que muitos concelhos gostariam de almejar. O nosso reconhecimento também ao doutor Hermínio Loureiro pelo empenho e pela dedicação que sempre norteou na gestão do município; O nosso reconhecimento pela preocupação que nutriu pelos munícipes e pelo povo de Oliveira de Azeméis; Hermínio Loureiro teve - como tive a oportunidade de o dizer nesta Assembleia “ pisou o chão oliveirense e pisar o chão oliveirense é aludir à preocupação das pessoas” - aquela preocupação que o presidente de Loureiro aqui afirmava. Dizer ainda senhor presidente, que, Hermínio Loureiro, contrariamente ao que alguns pensam e uma minoria fala, soube conduzir de forma livre os mandatos para os quais foi eleito. Mas também soube discernir, atributo raro de qualidade e ética de poucos, para tomar decisões difíceis. É verdade que mesmo aquela decisão única, solitária, e pensada no santuário secreto do homem a sua consciência, mas solidária que a todos nós surpreendeu mostra bem o caráter de alguém que soube entrar na política, soube permanecer na política quando eleito, soube gerir de forma racional os cargos públicos e políticos, mas também demonstrou nobreza de caráter ao saber sair. Nota de grande honestidade intelectual e despreendimento que alguns não entenderam, não entendem, e nunca entenderão. Só por quem vive livre e age em liberdade, age como agiu*

Herminio Loureiro. Herminio Loureiro com este ato ensinou-nos como devemos ser livres. E porque estamos numa freguesia a sudoeste do Concelho de Oliveira de Azeméis: Senhor presidente falei em competência e o caráter que, são qualidades que todas juntas são raras, no decurso da sua atividade como vereador da educação já as demonstrou muito bem. E ao abordar a questão da competência trago aqui à coação um assunto muito discutido nesta Assembleia que foi a descentralização de competências no âmbito do Programa Aproximar a Educação. Todos os que estão aqui, sem exceção, com certeza, lembram-se do que foi dito e do que foi escrito, lembram-se que do discurso do executivo oliveirense e lembram-se do apoio ao executivo por parte do PSD, mas também se lembram da oposição do maior partido da oposição sobre o programa da educação que apelidavam dos piores do mundo e pouco faltou para pedirem a insolvência do Programa da Educação em Oliveira de Azeméis. Caros colegas, não vou historiar esta questão mas apenas recordar que, num período de férias, esta Assembleia teve de reunir extraordinariamente, por motivo de um a providência cautelar contra o Município no âmbito do mesmo programa e que o PS votou esta providência favoravelmente. Passou pouco mais de um ano - o que vemos e ouvimos? Ouvimos o senhor secretário de estado da administração interna a dizer: “ que a descentralização de competências é um objetivo estratégico do Governo, - já não só na área da educação - o qual destacou os projetos piloto como os do concelho de Oliveira de azeméis que é um exemplo a seguir”. Passou mais de um ano - o que vemos e ouvimos? Ouvimos e vemos o primeiro-ministro a dizer que: “o objetivo do Governo é até ao final da legislatura que as autarquias sejam responsáveis pela gestão de 19% da receita pública”. Passou pouco mais de um ano – o que vemos e ouvimos? Ouvimos o ministro-adjunto, Eduardo Cabrita, no final da reunião do conselho de ministros a afirmar que a descentralização pretende maior proximidade na decisão, maior eficiência e eficácia nos serviços prestados aos cidadãos, maior participação das autarquias na gestão de recursos públicos e vai respeitar a autonomia local. “Será feito porque acreditamos - diz, e cito, o ministro – que numa dimensão de proximidade é possível gerir com maior eficácia e com melhor eficiência os recursos públicos. Diria que aquilo que corresponderá a um aumento da parcela da receita pública gerida a nível local corresponderá a uma diminuição equivalente daquilo que será a dotação orçamental gerida pelos ministérios.” – fim de citação. As câmaras vão passar a gerir todo o ensino público obrigatório, com "salvaguarda absoluta" do domínio pedagógico da escola e do regime de carreiras dos professores. Na área da ação social prevê-se a existência de cartas sociais municipais e a concentração nos municípios do atendimento social de proximidade. Na saúde, ganham responsabilidades no domínio dos cuidados de saúde primários. As autarquias vão ter competências no plano civil, na cultura, na gestão do património público sem utilização, habitação, gestão de áreas marítimo-portuárias (não é caso de Oliveira de Azeméis) não sujeitas a utilização comercial. A gestão florestal e a informação cadastral, visando a prevenção dos fogos florestais, os transportes e o estacionamento, o policiamento de proximidade, a proteção e saúde animal, a segurança alimentar e os jogos são todas competências referidas no diploma, de acordo com o ministro da Administração Interna.

Também as freguesias vão ter as suas competências reforçadas, quer através de atribuições transferidas de estruturas do Estado, quer de outras atualmente desempenhadas pelos municípios. A proposta aprovada pelo Governo, que será agora objeto de análise na Assembleia da República e será complementada por diversos diplomas setoriais, já está preparada e também prevê a revisão da Lei das Finanças Locais consentânea as competências para a administração local. Afinal, o pior dos mundos afixado pelo PS local na gestão da educação depressa se tornou pelo PS nacional um desígnio para Portugal. Afinal, senhor presidente, a profecia da desgraça apelidada em Oliveira de Azeméis caiu em graça no seio do Governo da Nação também PS. Agora, já não é só educação. Mas é precisamente a partir do exemplo da educação que a descentralização de competências será efetuada nas áreas que acabei de referir. Afinal, não havia outra, como se pretendia fazer crer. O que havia era falta de visão. Visão essa que não faltou ao executivo e ao senhor presidente. Afinal, não havia outra, não havia algo escondido como tanto se disse nesta Assembleia. Não havia outra, mas haviam outras: Outras áreas além da educação e que agora fazem parte do pacote da descentralização de competências do Governo e que querem implementar até às autárquicas de 2017. Como é que vamos responder a isto? Os que se opuseram ao programa aproximar a educação, vão continuar a ter suspeitas? Descentralizar para aproximar os centros de decisão dos serviços centrais para os serviços locais, é o novo paradigma. Quanto a nós, senhor presidente: Bem-vindo. E bem-vinda também foi a visita da senhora secretária de estado da administração interna ao concelho de Oliveira de Azeméis. Numa primeira fase apenas para visitar o posto da GNR da Vila de Cucujães; mas por iniciativa e por pressão do senhor presidente da Câmara, doutor Isidro Figueiredo - como tinha de ser, a senhora governante acabou por visitar também as instalações da GNR da Vila de Cesar. A este propósito, senhor presidente, quero lembrar a iniciativa protagonizada pelo presidente da Junta da Vila de Cesar na qual o senhor presidente marcou presença, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, de Arouca, os presidentes de Junta de Freguesia, para além de Cesar, de Carregosa, de Fajões, de Macieira de Sarnes, de Nogueira do Cravo, de Escariz, de Fermedo e de São Miguel do Mato: Todas estas freguesias abrangidas pela vigilância da GNR de Cesar numa área total de 90 quilómetros quadrados, dos quais 40 quilómetros quadrados são do concelho de Oliveira de Azeméis e os restantes de Arouca; Certo que a densidade populacional em Oliveira de Azeméis é superior em contraponto com a densidade populacional do concelho de Arouca, abrangendo cerca de 20 mil habitantes 15 mil dos quais são do concelho de Oliveira de Azeméis, e cujas freguesias nela representadas são 40% do total das freguesias do município oliveirense. Demonstração clara da necessidade de permanência da GNR em Cesar. Acrescentar ainda a estas, as forças políticas com representação na Assembleia que marcaram presença e manifestaram total apoio à iniciativa e à necessidade de permanência das forças de segurança na Vila de Cesar. E foi na verdade uma iniciativa que uniu em torno de um valor comum, a segurança dos municípios prevaleceu. É verdade senhor presidente que já passaram 17 anos depois do anúncio do doutor Jorge Coelho, então ministro da administração interna, para a construção de um novo Posto da GNR em

Cesar e da aquisição por parte do Município do terreno e inscrição da obra em PIDACC. Em 2014, numa reunião da Câmara Municipal, juntamente com a freguesia de Cesar e o senhor ministro da administração interna, então doutor Miguel Macedo, foi novamente colocada na agenda a construção. Mas, depois, tudo isto caiu quando o ministério mudou de ministro. Cesar tem terreno para a construção de raiz um novo Posto de GNR mas, também tem um plano b, caso a primeira opção não seja possível. Senhores deputados, senhor presidente, este tema é um assunto que a todos nós diz respeito, quer ao Posto de GNR de Cesar, quer ao Posto de GNR de Cucujães. São serviços do Estado que necessitam de obras de requalificação ou de novos espaços. Devemos, como já demos provas disso, juntar-nos na defesa dos serviços de proximidade: Demos o exemplo em Cesar com os olhos postos em Cucujães. Por isso, apelo a esta Assembleia (aos partidos nela representados), que, juntamente com o trabalho já realizado pelo senhor presidente da Câmara e os presidentes de Junta, façamos todos os esforços e a disponibilidade para a criação de um grupo de trabalho para acompanhar/ pressionar o Ministério da Administração Interna para a concretização o mais rápido possível destas infraestruturas tão necessárias à segurança dos munícipes e à população oliveirense. Caros deputados, caros líderes dos partidos aqui representados é tempo de existir plano de ação estratégica para o concelho, é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa. Os partidos devem ter, para além de estratégias políticas, políticas estratégicas ao longo do prazo para o desenvolvimento estratégico sustentado e harmonioso do concelho na educação, na saúde, na justiça e segurança, nas condições básicas de habitação: São desígnios locais que nos devem unir em vez de desunir, definindo prioridades e caminhos convergentes na pluralidade e na diversidade à volta da unidade do Concelho. Senhor presidente, vou terminar esta longa intervenção, - uma referência apenas para o evento realizado no passado dia 19 de fevereiro, na Vila de Cesar, a XVIII Prova de Atletismo de Cesar cuja I Edição remonta ao ano de 2000. De facto, uma iniciativa em que tive o privilégio, na época, na qualidade de presidente da instituição que promove esta prova (Associação Villa Cesari), conjuntamente com outros elementos em dar o primeiro tiro de partida. A prova do passado domingo revelou um caminho bem-sucedido almejando o número recorde de 1200 atletas. A prova tem vindo a granjear a confiança de milhares de praticantes. Mas aquilo que queria destacar nesta intervenção é a homenagem ao atleta Paraolímpico oliveirense – Abílio, que em boa hora a Villa Cesari decidiu agradecer/ distinguir pelo percurso do atleta um exemplo a seguir. Parabenizo, a Associação Villa Cesari como entidade organizadora, a Câmara Municipal pelo inquestionável e imprescindível apoio, a Junta de Freguesia de Cesar e os parceiros e as entidades do comércio local e industrial. Bem-haja a todos. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Jorge Paiva, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

=====
Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhor Presidente da Camara Municipal - uma saudação especial por ser a primeira vez que chefia o executivo, senhores Vereadores, caros colegas – uma saudação especial para o Rui Luzes Cabral, minhas senhoras e meus senhores. Gostaria de trazer hoje aqui um assunto que muito embora pouco diga a uma importante percentagem dos oliveirenses, mas diz acima de tudo às freguesias do nordeste do concelho de Oliveira de Azeméis, falo como é evidente do acesso a Arouca e à A32. Diz a história, que desde 1986, no Plano Rodoviário Regional (na altura elaborado pelo Gabinete de Apoio Técnico, hoje extinto) já previa um acesso condigno a passar na freguesia de Fajões e Cesar, do nosso concelho, como ligação da Feira a Arouca. Quis o destino que entretanto se construiu uma nova Autoestrada denominada A32, cujos acessos atuais se fazem ou em Carregosa/Pindelo, ou mais a norte em Pigeiros ou ainda mais norte por Gião. Temos hoje uma forte possibilidade de os habitantes de Fajões e da freguesia de Cesar, pelo menos estas, mas com abertura a todos aqueles que queiram passar por lá de entrar num nó que será, tudo indica, construído na confluência dos três concelhos de Oliveira de Azeméis, de Santa Maria da Feira e de Arouca, precisamente em Fajões. Tendo em 2015, aquando do pedido de parecer, ao estudo de impacto ambiental, sido solicitada a Junta de freguesia para o efeito. Assim e dada a ausência nesse estudo/projeto de qualquer nó, logo de imediato, foi solicitada a intervenção da nossa Camara Municipal para colaborar numa proposta que justificasse a concessão de um nó de acesso. Registo a celeridade com o que foi feito. Após o envio, temos conhecimento de que a empresa COBA e a Agência Portuguesa de Ambiente consideraram a nossa pretensão como pertinente tendo enviado às Infraestruturas de Portugal para a retificação desse estudo. Foi feito. O meu muito obrigado à Camara Municipal por ter correspondido à nossa pretensão. Mas, não vai servir tão-somente a Fajões e ou Cesar: Freguesias de Arouca, nomeadamente Escariz, Fervedo e S. Miguel do Mato, terão mais facilmente e com menor trajeto o acesso merecido. Se o Governo anterior já tinha anunciado esta obra e que justificava ir ao encontro da coesão regional por forma a desenvolver a indústria e criação de novos empregos, recentemente foi anunciado pelo senhor Primeiro Ministro o lançamento do troço de ligação de Santa Maria da Feira a Arouca, mais propriamente do nó da A32 em Pigeiros a Escariz – Arouca. Este grande melhoramento é crucial para os povos da região. Não podia deixar passar em claro o arrojo que a Camara Municipal de Arouca, na pessoa do seu Presidente, ao assumir o pagamento integral das expropriações de todo o traçado por forma, a que a obra nasça. Será digno de registo, pagar 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil euros) às Infraestruturas de Portugal, SA. Senhor Presidente da Câmara: sei que está também atento a estes pormenores, este adiantamento também tem um custo para o nosso Município, mas as populações e o seu desenvolvimento estão mais acima de tudo. Contamos todos com a sua prestimosa colaboração numa obra de arte que a todos diz respeito. E por falar em vias de comunicação: também gostaria de, aqui e agora, registar com agrado o trabalho que está a ser desenvolvido pelos Sapadores Florestais na limpeza de bermas e faixas de combustão em toda a Via-Nordeste. Trabalho digno e bem feito

que a Camara está a levar a efeito. No entanto, faço daqui uma sugestão: - porque não adquirir um veículo de apoio a esses serviços, nomeadamente uma grua? - Para que ao limpar, o produto seja de imediato recolhido não dando hipóteses de que moradores locais ou transeuntes parem e, de foice na mão, vão partindo os troncos / paus mais grossos deixando ficar todo o restante lixo nas bermas. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Pedro Paiva, do PS. =====

===== Expressos os meus cumprimentos à Mesa da Assembleia Municipal, na pessoa do seu Presidente; Executivo, na pessoa do seu presidente - o qual desde já felicito pelo início das suas novas funções e exorto que exerça o cargo com independência lisura e responsabilidade a ele inerente; vereadores; deputados municipais; presidentes de Junta, em especial ao presidente da Junta de Freguesia aqui da casa (Loureiro) – Rui Luzes Cabral; jornalistas e munícipes presentes. Aqui, nesta Assembleia, já se falou em ser livre. No meu entendimento ser livre no exercício do cargo – o que significa isso? Significa que, somos livres ao aceitar o exercício do cargo mas, ao aceitar o exercício do cargo, assumimos uma responsabilidade. Responsabilidade, essa, que devemos levar a fim. Nesse pressuposto, volto novamente a esta Assembleia com um tema que já foi abordado por diversas vezes que diz respeito à alegada auditoria o Centro de Línguas. Já na Assembleia de novembro de 2015 foi aprovado por unanimidade a proposta para a realização de uma auditoria externa ao Centro de Línguas, no sentido de apurar o que aconteceu, como aconteceu e porque aconteceu o desfalque de mais de meio milhão de euros naquela entidade. Em 2016, por duas vezes, em duas Assembleias, o tema voltou à discussão, colocou-se a mesma questão: O que é que aconteceu a mais de meio milhão de euros dos oliveirenses? Onde está esse dinheiro? O que é que foi feito a esse dinheiro? Hoje, na pessoa do novo presidente, esperançoso que efetivamente o novo presidente faça de facto algo diferente do que foi feito até hoje e exerça a sua magistrada de influência no sentido de que esta auditoria se realize finalmente e se apure o que foi feito desse dinheiro público, de todos, que foi lá investido e não foi investido noutras áreas, noutros setores e noutras entidades muito importantes para a nossa vida do dia-a-dia. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada Ana Neves, do PSD. =====

===== Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da Câmara. Eu felicito- o pelo seu novo cargo e também dou as boas vindas à senhora vereadora professora Manuela e felicito também por nos acolher aqui o presidente da Junta de Loureiro. A Camara Municipal desde o passado dia 10 do corrente mês, vai participar até 500 euros nas despesas das famílias locais com o nascimento ou adoção de cada criança registada no

concelho. A medida de incentivo à natalidade foi anunciada em Maio de 2016 e o respetivo regulamento foi publicado no Diário da República no dia 9 deste mês; beneficiará todas as famílias com bebés que venham a ser registados como naturais do concelho e também os agregados que adotem aqui viver. Esta é mais uma aposta numa política de investimento social que tem sido seguida pelo executivo que com este programa municipal concretiza um objetivo primordial, o apoio às famílias. Sem dúvidas, que as famílias são a célula basilar das comunidades, é nelas que assenta a coesão social e o equilíbrio intergeracional. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Jorge Pereira do CDS/PP. =====

===== Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge Silva; senhores Secretários; Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, professor Isidro Figueiredo, a quem felicito e lhe desejo muitos êxitos nesta sua nova missão; Excelentíssimos senhores vereadores, um cumprimento especial à professora Manuela; Membros da Assembleia Municipal; senhores presidentes de Junta de Freguesia, e também um cumprimento especial ao Rui Luzes Cabral; funcionários da Câmara Municipal; senhores jornalistas; loureirenses e oliveirenses. Oliveira de Azeméis é, sem margens para dúvidas, um dos concelhos do país com maior peso industrial com uma diversidade de empresas que laboram e contribuem para o desenvolvimento do nosso Município e de Portugal na criação de emprego, no desenvolvimento de tecnologias e no suporte das nossas finanças públicas. É do interesse de todos os partidos políticos deste município e dos oliveirenses em especial que as empresas se sintam apoiadas nas diversas oportunidades de forma a garantirem a sua sustentabilidade; É também na atratividade de futuras empresas que por cá se queiram instalar e, desta forma, criar ainda mais emprego e riqueza. Nas campanhas eleitorais todos os partidos, sem exceção, não se esquecem de prometer mundos e fundos, novos projetos inovadores, infraestruturas, etc..., etc.... Estamos hoje nesta linda Vila de Loureiro, onde aqui também existem várias empresas espalhadas pela Freguesia e em especial em duas áreas distintas onde incidem maior concentração de indústrias: uma delas, deu origem a uma das maiores promessas eleitorais do atual executivo camarário, o Centro Empresarial de Loureiro. De facto, nesta área foram desenvolvidas infraestruturas supostamente modernas capazes de atrair novas empresas. Mas, há sempre um mas, há algo de errado, pelo menos à vista de um simples visitante, o que encontramos aqui é alguns pavilhões há vários meses com construção parada. Senhor presidente Isidro Figueiredo – pode elucidar esta Assembleia do que na realidade se passa? Mas se esta área tem infraestruturas - como referi – dignas; O mesmo não se verifica logo ao lado na área empresarial adjacente entre as freguesias de Loureiro e Ul, na chamada zona da Moura. O CDS apela para se encontrem os investimentos necessários para uma requalificação urgente ao nível de acessos rodoviários e infraestruturas modernas. Se queremos potenciar e acarinhar os nossos empresários, entendemos que não deverão existir diferenças de oportunidades para as empresas, melhor dito:

Áreas Empresarias de primeira e Área empresariais de terceira divisão. Senhor presidente, para terminar a minha intervenção, fica aqui a nossa sugestão: As empresas oliveirenses são um bem muito precioso, são a nossa esmeralda que terá de ser lapidada para o progresso deste Concelho, esta, como todas as outras áreas empresariais do município merecem mais e melhor atenção, mais e melhores cuidados, mais e melhores acessos, mais e melhor sinaléticas, mais e melhores infraestruturas. Para bem das nossas empresas, dos nossos empresários, e dos seus funcionários, investir na economia é investir no futuro. Aproveito agora também para falar num outro tema: E falo num outro tema porque tem sido já um tema repetente pelo CDS, aqui nesta Assembleia, por duas vezes já o trouxemos, e, curiosamente, na última Assembleia, o Excelentíssimo senhor presidente Dr. Jorge Silva voltou a trazer esse tema. Relativamente a esse tema que eu vou referir, que é a falta de iluminação no nó do IC2 no acesso ao centro da cidade de Oliveira de Azeméis. Senhor presidente - poderá dar-nos um ponto de situação? - Se já houve desenvolvimentos, visto que isso se arrasta há pelo menos quatro anos? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno de Jesus, do PS. =====

===== Muito boa tarde a todos. Um cumprimento a todos os membros da Assembleia, na pessoa do senhor Presidente; cumprimento a toda a vereação, na pessoa do senhor Presidente da Câmara; um cumprimento a todos os loureirenses, na pessoa do Presidente da Junta - Rui Cabral. Recentemente foram aprovados os tarifários para 2017, reativos a água e saneamento, em que verificamos um aumento em mais de 5% a ser pago pelos oliveirenses. É real e factual que continua o problema das reduzidas taxas de cobertura por resolver. É muito importante que o esforço financeiro que os oliveirenses estão a fazer tenha tradução na expansão destas redes para que todos tenhamos estas infraestruturas básicas essenciais ao serviço da melhoria de qualidade de vida de todos nós. Senhor presidente da Câmara, que taxas de cobertura vamos ter de água e saneamento no final de 2017? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno Pires, do PSD. =====

===== Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, caros colegas, público em geral. Em primeiro lugar, gostava de felicitar o professor Isidro Figueiredo, desejar a si e à nova vereadora professora Manuela Pinho votos de um excelente trabalho. Em segundo lugar, agradecer ao Rui a disponibilidade pela realização desta Assembleia que, em tempos, já foi mais descentralizada do que tem sido; Mas, acho que, deve ser uma política que deve ser seguida, até para nos aproximarmos dos próprios eleitores do nosso Concelho. A educação e a formação cívica são dois elementos importantíssimos para a construção de uma sociedade

desenvolvida e responsável. Nesse aspeto, o Município de Oliveira de Azeméis - e no meu entender bem - tem apostado nestas áreas. Recordo que, a maior verba do Orçamento Municipal é na área da Educação. Com isto, o Município tem desenvolvido um conjunto de medidas que permitem envolver a comunidade escolar criando melhores condições para todos. O recente investimento de 90.000,00€ (noventa mil euros) nas escolas do nosso concelho é um exemplo disso mesmo. Este investimento permitiu requalificar cantinas escolares e equipar algumas escolas com novas tecnologias, como por exemplo: quadros interativos e tablets. No fundo, e, mais uma vez, no que diz respeito à área da educação, Oliveira de Azeméis está á frente; até porque aquilo que se prevê é que o futuro e a educação passe pelas novas tecnologias. Outra medida adotada ao abrigo do Programa 100.000 Árvores, promovido pela Área Metropolitana do Porto, foi a plantação de novas árvores nos concelhos que fazem parte. Envolvendo a área escolar, o município propôs plantar um total de 5.300 árvores, só neste ano de 2017, e que ainda não estão decorridos dois meses, já se promoveram iniciativas onde já foram plantadas 1000 novas árvores. Outra iniciativa que aqui me trás, e que eu gostaria de destacar, é o Orçamento Participativo da Educação. Neste momento já está a ter uma forte adesão por parte das escolas. Reconhecemos que o modelo é diferente da maior parte dos orçamentos participativos de outros municípios nesta área específica da educação. Também se prevê que possa ser alargado a outras áreas. Nesta área específica da educação, esta verba de 25.000,00€ será distribuída pelos 5 Agrupamentos de Escolas do concelho de Oliveira de Azeméis, onde o projeto vencedor de cada um dos Agrupamentos terá o valor de 5.000,00€ para por em prática esse mesmo projeto. Com isto, a envolvência da comunidade escolar será sempre uma mais-valia para todos. Parabéns à Câmara Municipal. Aproveito para dizer que, quanto maior for a envolvência de todos melhor será o nosso futuro e o futuro de Oliveira de Azeméis. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado José Lourenço, do PS. =====

===== Senhor Presidente, restante Mesa, Executivo, caros colegas, loureirense - na pessoa do senhor Presidente de Junta – Rui Cabral, público, comunicação social. No passado dia 6 de fevereiro a senhora Secretária de Estado-adjunta e da Administração Interna, doutora Isabel Oneto, marcou presença nos nossos Postos de GNR de Cucujães e Cesar tendo tido a oportunidade de verificar pessoalmente o estado de degradação em que estes dois edifícios se encontram. Não obstante a atual Ministra da Administração Interna ter referido no passado de que o Governo já teria definido como prioritário o estudo de uma intervenção para o Posto de GNR de Cucujães, esta presença in loco nos dois postos trouxe a certeza de que pelo menos estará para breve uma solução para o Posto de GNR de Cucujães. Tudo isto só foi possível graças ao empenhamento de várias forças, nomeadamente vários grupos parlamentares, autarquia, forças políticas, e outras forças vivas que sempre pugnaram para que os militares pudessem vir a dispor de condições condignas para o desempenho das suas funções. Também

não posso deixar de destacar o papel fundamental em todo este processo do senhor presidente da Junta de Freguesia de Cucujães, Simão Godinho, que com o seu empenhamento e diligências fez com que se arranjasse uma solução par a implementação de novo Posto, contribuindo assim para os anseios dos militares e do povo de Cucujães. De igual modo, sabemos que idêntico processo está a ser trilhado pelo senhor presidente de Junta de Freguesia de Cesar, no sentido de ajudar a construir uma solução para o Posto de GNR desta freguesia (Cesar). Neste sentido, gostaria de afirmar ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Cesar que pode contar com a bancada do Partido socialista para o ajudar naquilo que for necessário. Cesar merece. Os cesarenses merecem. Toda a população das áreas envolventes das freguesias de Carregosa, Fajões, Macieira de Sarnes, Nogueira do Cravo, Escariz, Fermedo e São Miguel do Mato também merecem. Pode contar com a nossa ajuda para o que achar necessário. Numa outra vertente, e não menos importante, senhor presidente, a construção de um Centro Coordenador de Transportes é uma velha aspiração do nosso município. Neste momento, o que existe é de um privado situado em pleno centro da cidade não dignificando a nossa qualidade urbana. Senhor presidente - sabemos que o município prevê apoiar o privado em obras de requalificação desse espaço mas seria importante que o município fizesse aquilo que lhe compete e tornasse realidade este velho sonho para não corrermos o risco de perdermos completamente esta empresa e a resposta que esta ainda vai dando á nossa comunidade. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito boa tarde. Começava por saudar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e os seus Secretários; os vários elementos da vereação aqui presentes, mas gostava de ter, obviamente, uma palavra de simpatia e apreço e de saudação muito especial para o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro que aqui nos recebe, que aqui nos acolhe, e até pela sua brilhante intervenção que fez de acolhimento no início desta Assembleia, saudando também todos os membros da Assembleia Municipal aqui presentes, senhores deputados, senhoras deputas, loureirenses que também estão presentes nesta sala da Junta de Freguesia e em particular os loureirenses que fazem parte das associações e coletividades desta freguesia, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores. Mas não podia deixar de iniciar, obviamente, a minha intervenção sem dizer que, para mim, é uma grande honra e uma grande distinção poder estar presente na primeira Assembleia Municipal no exercício das funções de presidente de Câmara, sendo natural de Loureiro, fazê-lo também nesta freguesia (Loureiro) e neste local. Naturalmente que carrega o simbolismo de passar por aqui muitas das atividades que são parte da freguesia, também palco de realização das assembleias de freguesia onde em tempos exerci também funções como membro da assembleia de freguesia e como presidente da assembleia de freguesia. E, por isso, ao mesmo tempo, saudando aquelas que

foram as conquistas destes mais de 40 anos do exercício do poder local democrático. Portanto, gostava de deixar esta saudação inicial e dizer que: Apesar de tudo isso, naturalmente que me sinto vergado (digamos) pelo peso da responsabilidade de passar a exercer este cargo – e respondendo também aquilo que aqui foi dito – com isenção, com imparcialidade, com dedicação e com a mesma humildade com que sempre exerci as minhas funções públicas. Isso não significa que não seja determinado e que não tenha uma orientação no sentido na persecução dos fins. Sendo certo que, nem sempre conseguimos atingir os fins e as metas com que nós definimos a nossa atuação enquanto responsáveis e enquanto titulares de cargos que nos conferem essas responsabilidades. E, por isso, deixava aqui esta breve introdução e passaria de imediato a tentar responder às diferentes intervenções e às diferentes solicitações que aqui foram feitas. E, de alguma forma, também, contribuir para aquilo que é discussão dos verdadeiros interesses. Dos interesses que, creio que nos unem a todos, de diferentes pontos de vista, de diferentes formas, de diferentes quadrantes, mas sobretudo que nos orientam no sentido de querer o melhor para as nossas freguesias, para o nosso município, para aqueles nos elegeram e que esperam de nós essas respostas concretas. Relativamente às intervenções: Começava pela primeira intervenção que foi feita pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Roque – Caro Amaro Simões para dizer o seguinte: Aliás, isto serve - ainda que não tenham feito outros presidentes de Junta questões – para dizer que no curto espaço de tempo em que exerço estas funções ter tido o cuidado de rapidamente me reunir com os senhores presidentes de Junta: quer numa reunião de apresentação inicial, coletivamente, mas, depois com cada um individualmente. E procurando aconchegar aquilo que são as suas preocupações de final de mandato - é certo que nós estamos exatamente no final de mandato, portanto estamos numa contagem decrescente; E procurar que, de alguma forma, se procure concretizar, se não a totalidade, pelo menos parte daquelas obras que foram elencadas como prioritárias e que os senhores presidentes de junta, em bom tempo, fizeram chegar mas que até agora ainda não foram, ou totalmente, ou parcialmente apenas, realizadas. E por isso, asseguro, caro Amaro Simões que na questão que colocou houve de alguma forma outras implicações do ponto de vista daquilo que é a possibilidade de estabelecimento de parcerias com as Juntas de Freguesia. Nós podemos fazer evidentemente parcerias com a Juntas de Freguesia em áreas onde nós (Câmara Municipal) não sejamos os titulares daquilo onde se vai fazer as obras: Ou seja, é possível fazer parcerias – por exemplo - para a requalificação da Sede da Junta de Freguesia, se for propriedade da Junta de Freguesia. E, portanto, haver aqui uma parceria em que a Câmara Municipal participa financeiramente em parte dessas obras; Já não deverá ser da mesma forma no que diz respeito á realização de alcatroamentos ou renovação dos pavimentos, sendo que essas vias são municipais e, portanto, não faz muito sentido que a Junta de Freguesia se substitua embora o possa fazer. Agora, é certo que, também houve o estabelecimento de algumas parcerias em obras que se tornaram mistas porque a Junta de Freguesia conseguia rapidamente se entender com os proprietários para fazer pequenos alargamentos: A Câmara Municipal, fornecia a massa asfáltica e/ou a mão-de-obra, ou equipamento, e a Junta de Freguesia

comprava uma parte dos materiais. E era possível fazê-lo. Mas, isso, por iniciativa da própria Junta de Freguesia porque tem capacidade de responder mais rapidamente e mais facilmente a aquilo que é as necessidades locais. Isso tem vindo a acontecer. Aliás, nós temos esse exemplo aqui em Loureiro em que há obras que foram feitas pela Junta e que resultaram em alguns alargamentos e melhorias dessas vias; E houve parte que foi cedida pela Câmara Municipal e parte que foi cedida pela Junta de Freguesia até um limite, porque os recursos não são ilimitados nem de uma parte nem da outra, para se poder de facto ir avançando. Isso está em vigor e é verdade também para outras Juntas de Freguesia. Mas, naquilo que diz respeito a S. Roque, eu fiz esta breve introdução para dizer o seguinte: Do que resultou da nossa reunião eu gostava de lhe assegurar que é minha intenção, é nossa intenção, (minha -Câmara Municipal), de resolver as obras que estão inscritas em sede Plano para este ano. São aquelas obras que discutimos, que não irão ser só essas realizadas. Nós vamos naturalmente incluir no mesmo pacote outras obras para outras Freguesias. Mas nós temos um conjunto de obras que começam muito rapidamente, nós já estamos na fase de adjudicação, de maneira a que a partir, possivelmente, da próxima semana se comece a fazer essas obras: umas, mais estruturantes, outras, mais localizadas; Mas acautelando aquilo que são as necessidades das Juntas de Freguesia. Posso dizer que, uma das primeiras obras que arrancará será a obra que liga o Pinheiro da Bemposta a Palmaz; Depois, temos aqui uma parte que é obra de requalificação de Oliveira de Azeméis/ Ul/ Loureiro, esta estrada que nos trás aqui – antiga N° 224 – tem partes em que está bastante degradada e vai ser requalifica; Temos a questão de Carregosa – Rua S. Salvador que liga Carregosa até Cesar, passando por Fajões, e que tem também lá a questão da rotunda por realizar. Bem como outras que não vou estar aqui a elencar. Só para lhe dizer que, aquilo que nós concertamos em termos de reunião feita na sede da Junta de S. Roque, é para cumprir. Sendo certo que, eu sei que há pressa que se cumpra. Da nossa parte também temos. Mas temos um volume de investimento considerável para avançar rapidamente cobrir as Freguesias, sobretudo naquelas que temos compromissos e ainda não realizamos essa obra. E, portanto, renovo aqui esse compromisso no sentido de que, nós não temos muito tempo mas ainda temos alguns meses, se consiga rapidamente acudir a essas necessidades. Relativamente à intervenção do doutor Costa Gomes: Eu aqui destacava, obviamente, não só as referências que fez, e que eu agradeço naturalmente por simpatia e por amizade, mas também porque a vida também é feita destas questões que muito para além daquilo que são os nossos exercícios de cargos públicos devem ficar as amizades, devem ficar as pessoas porque, senão, não valia a pena nós estarmos imbuídos neste espírito que eu espero que seja sempre construtivo. Relativamente à questão da descentralização de competências que foi o pacote anunciado pelo Governo: Como todos sabem – falta ainda mudar a mentalidade porque abrange várias áreas e não abrange só a área da educação. Mas, evidentemente que eu destaco, porque me diz respeito, porque estive envolvido desde a primeira hora, fundamentalmente porque acredito nas mais-valias na área da educação. E podemos falar à vontade sobre esse capítulo. Mas dizer que: Quando se fala em descentralização de competências, quando se fala nesta matéria

provavelmente o ciclo histórico não se vai repetir. Ou seja, a descentralização por pacote e generalizada por todo o país significa que, provavelmente, não vai ter os mesmos resultados de um pacote que foi durante mais de cerca de um ano e meio negociado em que foram ouvidas ambas as partes, as diferentes sensibilidades, tendo em conta as diferentes realidades também e que resultaram naquilo que foi condicionado a cada um destes territórios. E não vale a pena nós termos ilusões. Porque não se pode tratar de modo igual aquilo que é desigual. Cada medida tem que ser feita de acordo com aquilo que é a realidade, mas também por uma conquista. Aliás, isto é verdade para a área da educação, é verdade para todas as áreas. A descentralização ou autonomia, como muitos gostam de chamar, sobretudo quando se fala na área da educação; na autonomia não se decreta, conquista-se. E é preciso estar de volta desta área e nesta questão que é: nós vamos ter sempre ritmos diferentes naquilo que for este pacote de descentralização. Seja, na área de educação, na economia social, na área da saúde, proteção civil, na área das florestas. Agora, temos que estar preparados para isso. E não vale a pena dizer que é só atribuir culpas e não pode nunca ser esquecido que a par dessas competências e dessas aptidões que são atribuídas tem que vir naturalmente o pacote financeiro. Porque também da mesma forma eu acredito que é possível fazer mais e melhor com o mesmo dinheiro; E, portanto, esta é também uma questão em que acredito e volto a dizer - espero que o município de Oliveira de Azeméis, nas diferentes áreas onde é exemplo para outras áreas, possa também estar preparado e empenhado para assumir as competências que venham a ser delegadas pelo Governo neste caso no município de Oliveira de Azeméis. Relativamente aos postos da GNR, que aqui foi referido, quer pelo deputado Costa Gomes, quer pelo José Lourenço, eu gostava de dizer o seguinte: Nós temos uma situação de preocupação no que diz respeito a estes 2 postos, não apenas no de Cucujães, não apenas isoladamente no de Cesar, ambos precisam de ser requalificados todos nós já percebemos isso há muito tempo e constitui já uma novela com vários capítulos. Evidentemente que o município ficou muito satisfeito por ter tido aqui a presença da senhora Secretária de Estado Isabel Oneto: com a particularidade de ter tido a disponibilidade muito para além do que era a disponibilidade inicial que era só de ir visitar, quer as antigas instalações, quer as instalações propostas pelo senhor presidente da junta de Cucujães para as novas instalações do posto de GNR; como também para reunir no Município com o presidente de Oliveira de Azeméis, e, de Arouca, com a presença do senhor presidente da junta de Cesar. Ela já conhecia a situação de Cucujães e, portanto, aqui, acrescentou-se a premência daquilo que é a necessidade de intervenção no posto de Cesar. Isto vem na sequência de outras medidas que aqui foram enunciadas e que eu escuso de repetir; Mas o que eu queria, ou gostaria que não acontecesse, é que mais uma vez se anunciassem obras – tal como em 2007 na altura em que o senhor Secretário de Estado visitou o posto de Cucujães e que anunciava as obras para breve. Eu julgo que isto foi no final de 2007/2008 e que anunciava as obras para 2009; E, até hoje, 8 anos passaram e não temos obras. Gostava que a história não se voltasse a repetir e saúdo aqui também os esforços quer do senhor presidente da Junta de Cucujães, o senhor Simão Godinho, quer o senhor presidente da Junta de Cesar de terem esta preocupação.

E de terem esta força de juntos congregarem forças partidárias, forças políticas, quer os diferentes meios, dos diferentes órgãos, quer até uma situação supramunicipal de termos juntos dado uma prova de que é possível e que estamos todos a vestir a mesma camisola – que é a defesa dos interesses legítimos das freguesias envolvidas de cada um dos postos de GNR. Portanto, aqui também uma saudação àqueles que se disponibilizaram para fazer parte da sua resolução. É certo que, entretanto, nos foi pedido alguns elementos sobre o posto de Cucujães; - está ser feito o levantamento e será entregue rapidamente para que também não seja da nossa parte nenhum óbice a que as obras avancem. Evidentemente para que elas avancem conjugam-se aqui três vontades: Uma do governo, que normalmente tem que financiar as obras; das Juntas de Freguesia, que cedem o edifício de sua propriedade para o devido efeito; e a Câmara Municipal que deverá ser a dona da obra e que tem capacidade técnica para, não só, colaborar no projeto de execução, mas também, colaborar na fiscalização das obras e fazer com que o processo acabe de forma benéfica para quem está envolvido. Relativamente ainda à questão do grande prémio de Atletismo de Cesar: Evidentemente destaque, não só o recorde de participações que estiveram presentes neste grande prémio, a homenagem ao grande atleta paralímpico Abílio Valente - que foi distinguido e bem - é um dos atletas que nos representa do ponto de vista internacional - que é um filho ligada à terra, que é Cesar. Quanto à intervenção do senhor presidente de Junta, Jorge Paiva: Só lhe acrescentava que, obviamente, o município está interessado em colaborar nesta situação relativamente à acessibilidade a Fajões e a melhorar o projeto naquilo que for possível. Inclusivamente, fui convidado e ainda hoje estive na reunião da Área Metropolitana do Porto onde combinei com o senhor presidente de Câmara Municipal de Arouca para na próxima semana nos podermos encontrar e podermos ver o projeto que está na sua posse e poder ir de encontro, de facto, aquilo que são as vontades. Assim, convido o senhor presidente de Junta para estar comigo nessa reunião e juntamente analisar as soluções que convêm a Fajões. Relativamente ao trabalho dos sapadores florestais: Eu tenho apenas que acrescentar o seguinte: de facto, eles fazem a limpeza das margens das vias onde estão zonas florestais, fazem a gestão de combustível e, muitas vezes, é verdade que ficam os sobrantes durante alguns dias; Não são eles que fazem a recolha porque não faz parte da sua tarefa / responsabilidade. São os serviços do município que recolhem os sobrantes e que os encaminham normalmente para a central de biomassa e que, de alguma forma, resulta em benefício do próprio município. Posso-lhe dizer também que, e procurando aproveitar aquilo que os quadros comunitários nos proporcionam e aquilo que vem na legislação que o governo fez sair, estamos a desenvolver procedimentos no sentido de adquirir pelo menos duas viaturas elétricas que estejam ao serviço dos espaços verdes. Portanto, também é um sinal que queremos dar. Não tem que ser exclusivamente ao serviço dos sapadores mas para recolha e dentro da área ambiental que é mais um dos nossos investimentos nesta área e aproveitar como disse os benefícios que temos na sua aquisição. Quanto à intervenção do deputado Pedro Paiva: Tocou num assunto que também não é novidade e que constitui uma novela; E acho que já todos perceberam que não é por falta de iniciativa da Assembleia Municipal que já aprovou, digamos assim, uma

orientação para que o executivo viabilize uma auditoria ao Centro de Línguas. Também é verdade que já discutimos esta matéria em sede de executivo e também gostava de acrescentar que nós temos um parecer jurídico que nos indica que não poderemos fazer uma atribuição. Porque foi essa a condição que o Centro de Línguas pôs - para que pagássemos a auditoria. E, nós temos (Câmara) um parecer jurídico que nos indica que não podemos fazer nenhuma atribuição de verbas ao Centro de Línguas com essa finalidade. Se for possível arranjar uma outra solução? Não sei qual. E desde já convido quem entender que possa ajudar no ultrapassar desta situação para definitivamente resolvermos a questão da auditoria, contra a qual nada tenho e acho que nenhum de nós tem pelo que aprovamos aqui. Para fazermos a auditoria e definirmos com que objetivo e com que missão ter quais resultados, é obviamente uma questão que tem que ser devidamente especificada. No entanto, como eu disse, estamos disponíveis e reafirmo essa disponibilidade para que seja viável a auditoria ao Centro de Línguas. Relativamente à intervenção da deputada Ana Neves: Que nos falou aqui da questão da comparticipação de 500€ (quinhentos euros) como incentivo à natalidade. Eu sei que já houve vários impedimentos, inclusivamente membros da Assembleia que aproveitaram essa deixa, pelo menos dois que eu conheço e que estão aqui presentes, e que foram rapidamente tratar deste assunto; mas dizer o seguinte: Passa-me um pouco a ideia de que, e até a notícia que saiu, de que o regulamento foi publicado e foi dito no dia seguinte, só os que nasceram a partir desse dia ou a partir do dia seguinte. Eu devo dizer que o regulamento é muito explícito: São todos os nascidos a partir do dia 1 de janeiro, o regulamento é que foi publicado mais tarde mas tem efeitos a 1 de janeiro e comparticipa das despesas relativas aos cuidados com os bebés, mas não apenas os bebés. E já agora gostava de destacar um outro aspeto que é: isto não é só para bebés nascidos/naturais de Oliveira de Azeméis, é também para quem fizer adoções até aos 12 anos que sejam registados por casais que residam há mais de 2 anos em Oliveira de Azeméis. É uma medida simpática; Pode ser simbólica mas, de qualquer maneira, é no fundo um sinal que estamos preocupados com a baixa da natalidade e do número baixo de crianças que poem em causa o futuro, não é só de Oliveira de Azeméis é de todo o país, infelizmente. Relativamente à intervenção do senhor deputado Jorge Melo, dizer-lhe o seguinte: A Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro tem de facto infraestruturas boas e modernas, tem de facto empresas que estão a nascer e tem também praticamente esgotados todos os lotes disponíveis. O que significa que há empresas que estão prontas para investir nesta Área de Acolhimento Empresarial e que, de acordo com o regulamento, têm também que cumprir prazos. Porque se não cumprirem esses prazos, naturalmente que os lotes poderão reverter novamente a favor do município. E, por isso, o que nós temos de fazer é criar condições e tentar fazer com que as condições existentes possam ainda ser melhoradas. Sobretudo, porque temos ali o Business Center pronto, ou praticamente pronto, a ser inaugurado e que ele próprio possa ser também um centro de desenvolvimento para a criação de novas empresas, para o desenvolvimento e dinamização de todo o espaço que neste momento ainda esta subaproveitado. Nisso concordo e concordo com a ideia de que nós precisamos de melhores acessos. E, por isso, estamos já numa

segunda fase em que se está a proceder à negociação dos terrenos para podermos em devido tempo fazermos com que se avance com a primeira fase da via de sudoeste, que dará outras condições de acessibilidade à Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro. Quanto à falta de iluminação do IC2, este assunto também já aqui esteve presente numa reunião da Assembleia Municipal anterior. E o que posso acrescentar, é que estamos a pressionar as Infraestruturas de Portugal e que essa situação não depende exclusivamente do município. Portanto, nós temos que encontrar uma forma de aqui resolver a questão da entrada que é um problema. É um problema e não desistiremos. Mas, o caminho faz-se caminhando, nós lá chegaremos. E havemos de resolver esse problema porque, de facto, as entradas não estão dignificadas, sobretudo à noite, porque falta ali iluminação. Quanto à intervenção do deputado Nuno Jesus, relativamente ao tarifário de água e saneamento: As atualizações são feitas de acordo com o contrato. Mas, ainda assim, são feitas a baixo daquilo que estava previsto uma vez que nós deixamos de pertencer às Águas do Norte para passarmos a ser associados das Águas de Douro e Paiva. Aliás, ainda esta semana passamos a pertencer aos órgãos sociais, Oliveira de Azeméis pertence neste momento ao concelho fiscal das Águas Douro e Paiva. E os preços são inferiores áquilo que é praticado pelas Águas do Norte. Relativamente às taxas de cobertura: O que lhe posso anunciar é que no que diz respeito à água, e atendendo que rapidamente nós vamos avançar com obras de abastecimento de água, aproveitando inclusivamente uma candidatura que já está parcialmente aprovada, no valor de cerca de 800.000€, podermos avançar rapidamente nas freguesias de Santiago, Cucujães, Madail, Travanca e Ul, pelo menos estas vão avançar, começando provavelmente por Cucujães. O que lhe posso dizer é, que até 2019, e porque está previsto este financiamento ser alargado ao montante de 3 milhões, que até 2019 nós possamos ter uma cobertura 90% de água. No que diz respeito ao saneamento evidentemente que aqui estamos a falar de uma obra que é muito mais complexa, muito mais dispendiosa, mas que sofrerá melhorias com o início da construção da ETAR de Ul e com a construção o emissário de S. Roque, e que procurará fazer a ligação de toda a parte nordeste do município. E, nessa altura, avançaremos para mais 50% de cobertura de saneamento. Ainda não é o ideal, não é o desejável, mas de momento é aquilo que é possível para um período de tempo de dois anos. Relativamente ao deputado Nuno Pires, que falou aqui na questão da educação: É uma matéria que me diz particularmente muito e dizer o seguinte: A aposta na educação é visível em muitos aspetos, é um processo contínuo. E quando estamos a falar quer na reabilitação dos edifícios, que tem sido feita, no equipamento que também tem sido feito e está estendido praticamente em tudo o território, como ainda na adoção das novas tecnologias como são os quadros interativos e os tablets, e outros materiais importantes ao desenvolvimento pedagógico da nossa atividade enquanto área da educação. Eu digo que este é um processo contínuo e que vai continuar, - e nem sequer estou preocupado com aquilo que poderá ser apelidada, digamos, de uma forma às vezes ligeira, com aquilo que vai acontecer ainda durante este ano – nós temos previsto fazer mais obras já nesta interrupção da Páscoa requalificando mais algumas escolas e que vai ser estendido depois, porque só pode ser feito nessa altura de interrupções letivas retomando a 15

de junho até ao início das aulas, com um conjunto de obras em outras escolas procurando aproveitar, quer os dinheiros que estão disponibilizados através do Programa Aproximar Educação, quer utilizando verbas próprias que nós temos dedicadas a esta área que é a área da educação. Lembro ainda, e aqui com algum atraso – infelizmente - porque houveram alterações ao projeto, nomeadamente ao projeto de Cucujães e de Fajões, que durante este ano avançam as obras em primeiro lugar, porque está mais adiantado, da EBS de Cucujães que está orçamentada em cerca de 1.700.000,00€ (um milhão e setecentos mil euros) e o projeto de Fajões também na mesma ordem de valores. A área da educação é para continuar em termos de investimento, em termos de qualidade daquilo que queremos dar de infraestruturas aos nossos alunos. Relembro-me também que hoje, esta tarde mesmo, antes desta Assembleia Municipal, fizemos a inauguração do pavilhão gimnodesportivo da Escola Básica Doutor José Pereira Tavares. Um investimento de 130.000,00€ (cento e trinta mil euros) quando concluído. Portanto, falta apenas a parte da iluminação. E que transformou aquele pavilhão que estava muito degradado praticamente num pavilhão novo. E, por isso, também aqui, dizer que esta é daquelas apostas que nós não nos cansamos de fazer, sendo certo que é sempre contínuo como referi ainda há pouco. Relativamente ao projeto 100.000 Árvores: Nós já estamos a plantar mais de cinco mil árvores, não são mil, são mais de cinco mil em várias freguesias: A última que foi abrangida foi São Martinho da Gândara, no Brejo; Em Nogueira do Cravo, nomeadamente nas Minas do Pintor; Na zona de Macieira de Sarnes; Plantando-se vários tipos de árvores, por exemplo, bétulas, salgueiros, sobreiros, carvalhos, árvores autóctones que, de alguma forma, fazem cumprir este desígnio de plantação de árvores e melhoria daquilo que são as nossas florestas e aquilo que é os espaços verdes que nós queremos ser sempre também aí uma referência. Quanto ao orçamento participativo de escolas: Nós temos os cinco agrupamentos envolvidos; Vamos ter, seguramente, muita adesão, muita participação. E, gostava de sublinhar sobretudo que aqui é a oportunidade que os alunos têm de passar da discussão, do envolvimento, da mobilização dos colegas para poderem convencê-los de que aquele é o melhor projeto até da participação democrática que é a eleição. Será feito por voto eletrónico de 2 a 14 de maio. E vencerão naturalmente os melhores projetos e serão anunciados no dia 16 de maio que é o Dia da Cidade e também no dia em que há uma outra iniciativa da educação que é os Políticos de Palmo e Meio com a participação dos alunos dos cinco agrupamentos sendo do quarto ano de escolaridade. Quanto ao Centro Coordenador de Transportes referido pelo deputado José Loureço: Concordo consigo, a união de esforços é sempre melhor e nós unidos conseguimos seguramente melhores resultados do que cada um a remar para o seu lado. Relativamente ao Centro Coordenador de Transportes evidentemente que o município está interessado, não em beneficiar um particular, mas, em melhorar as condições e incrementar o uso do transporte coletivo. Mais do que isso, eu posso-lhe acrescentar que, nós estamos já a desenvolver esforços no sentido de vir a ser criado um espaço intermodal, não naquele espaço, num outro espaço que provavelmente conjugue o mercado municipal com o espaço intermodal com estacionamentos que revolucione de alguma forma aquilo que é hoje o mercado municipal e

a Praça José da Costa. Ainda estamos na fase, digamos, de germinação das ideias; Pedimos ajuda técnica para isso e, a seu tempo, espero poder partilhar com todos vós aquilo que forem os desenvolvimentos nesse capítulo. E, Senhor Presidente da Assembleia peço desculpa por me ter alongado mas foram muitas as intervenções e muitas as questões que me colocaram. Espero ter respondido cabalmente. =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. A culpa foi minha porque dei a palavra a esta gente toda e até me esqueci que o Presidente da Câmara também fazia parte da Assembleia. E portanto, quando me lembrei já foi tarde, peço desculpa a todos e a si em particular que não tinha necessidade de o estar a cansar tanto.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia deu o uso da palavra ao deputado, Filipe Carvalho, do PSD.* =====

===== *Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, loureirenses. Em primeiro lugar saudar o professor Isidro e a doutora Manuela pelas novas funções e desejar-lhe sucessos. E ao Rui pela hospitalidade desta freguesia. A animação cultural do nosso concelho é bastante diversificada mas acima de tudo de enorme qualidade. Algo que ninguém pode esconder mesmo que queira ou tenta. A prova está no número record do ano passado que levaram mais de vinte e cinco mil pessoas ao Cineteatro Caracas, que contou com mais de 67 espetáculos o que significa mais do que um espetáculo por semana. O ano de 2017 já começou em grande com uma tarde magnífica, como foi o passado sábado, que permitiu que tivéssemos um dia diferente com o carnaval infantil; o que poderá despertar a curiosidade para o curso de carnaval no próximo dia 28. Mais um enorme sucesso, pois tivemos a maior participação de sempre das nossas Escolas e IPSS, que com o seu empenho, dedicação e enorme vontade conseguiram trazer à rua cerca de 2500 figurantes e cerca de 15 carros alegóricos. A opinião é unanime em considerar uma tarde fantástica em que todos, sem exceção, primaram pela qualidade dos seus temas. Mas o sucesso também se deveu à excelente organização da Câmara Municipal, pois foi considerada a melhor organização de sempre. Um bem-haja a todos os participantes e a todos os colaboradores da Câmara Municipal. Continuando com os inúmeros espetáculos culturais que constam do cartaz de Oliveira de Azeméis para este ano e cujo investimento ronda os 50.000,00€ (cinquenta mil euros): Teremos a abrir o Ciclo de Primavera o magnífico concerto da banda portuguesa, Amor Electro, que promete um excelente serão com as suas fantásticas músicas; Em maio, a peça de teatro Comédia à la Carte; Em abril, termos o já conceituadíssimo Concurso Internacional de Instrumentos de Sopros “Terras de La-Salete”, que já é uma referência internacional, cujo concerto dos Laureados será no dia 13 de abril; Ainda em abril,*

no dia 29, teremos as comemorações do dia mundial da dança com o espetáculo “Morfema” ; Maio é o mês de mais uma edição do encontro “Entr’Artes” dedicado a artistas de diferentes áreas, entre elas a pintura, dança, fotografia, artesanato. Para as comemorações do aniversário da nossa Cidade teremos o concerto da Filarmónica das Beiras, onde também atuaram os Loureados no concurso Internacional de Instrumentos de Sopros. A aposta da Câmara Municipal na cultura passa também pela promoção de valores locais e de espetáculos da responsabilidade de associações do município. Tudo isto é apenas um simples resumo de algumas iniciativas promovidas em Oliveira de Azeméis, o que nos permite dizer com enorme orgulho: - Azeméis é Cultura.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado senhor Presidente, sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa e cumprimentos que estendo em particular ao senhor presidente de Junta de Loureiro – senhor Rui Cabral e nele a todos os loureirenses. Depois do seu discurso senhor Presidente, o senhor galvaniza-nos e isso dá-nos gosto. Permitam-me ainda um cumprimento especial ao senhor Presidente da Câmara ao qual endereço naturalmente os maiores votos de sucesso nas funções que entretanto assumiu, votos que estendo também que estendo à doutora. Manuela Pinho. Não embarcaremos no entanto em intervenções laudatórias sobre o seu antecessor, sobre quem falta a debates ou sobre como a forma que se acha que o desapego ao poder é interromper abruptamente mandatos. Doutor Carlos Costa Gomes, sobre obras e sobre legado, o senhor disse zero e todos sabemos porquê. Bom, minhas senhoras e meus senhores morreu o “Rei - Viva o Rei. Nem de propósito, venho falar sobre transparência. E transparência é rigor e rigor na informação que prestamos. O doutor Carlos Costa Gomes continua sem perceber nada do que é descentralização e transferência de competências. Falar de cor, não é falar com rigor. Recordar o que se entende que aconteceu, não é de facto dizer o que aconteceu, é pensar o que possa ter acontecido. E por isso devo recordá-lo que a melhor forma de fazer de fazer intervenções sobre posições do Partido Socialista, ou de outras bancadas, é recordar e reler as atas dessas Assembleias e de uma forma particular a ata da Assembleia Municipal Extraordinária que referiu, para que não restem quaisquer dúvidas porque a transparência também é isso. O Partido Socialista, mantém exatamente hoje aquilo que disse na altura sobre o Programa Aproximar Educação, mantém exatamente hoje a mesma reflexão aprofundada que fez sobre o que é descentralização, sobre o que é municipalização e sobre o que é a transferência simples de competências. Senhor Carlos Costa Gomes, quando defender este tipo de medidas, tem que pensar e refletir o que é que aconteceu de diferente nestes últimos anos desde que houve a decisão do Programa Aproximar Educação, ou da sua implementação. Que realidade é que há diferente nas escolas do concelho de Oliveira de Azeméis? Da mesma forma quando falamos nos pacotes financeiros e no que será, enfim, merecer este tipo de

descentralização. Devemos ver, por exemplo, qual foi a consequência desastrosa para nós do que foi o pacote financeiro do Programa Aproximar Educação no concelho de Oliveira de Azeméis, tão simples quanto isso. Portanto, se vamos negociar hoje nos mesmos moldes, mantemos hoje exatamente o que dissemos naquela altura: Descentralizar, é levar para quem tem que decidir, não é transferir para o lado; Descentralizar é levar para as escolas, ou para as entidades que o tem fazer, o poder da decisão. Da mesma forma que mantemos hoje o que dissemos na altura: Se a ideia é municipalizar, municipalize; mas de forma transparente - diga-se, é isso que se pretende e foi exatamente o que dissemos na altura. E, portanto, falar de transparência nunca é demais. E recordamos nesse sentido o índice de transparência municipal referente a 2016 que coloca o município de Oliveira de Azeméis na posição 204, em 308 municípios. Enfim, esse lugar vale o que vale, e vale por comparação: Em 2015 ocupávamos a posição 148; em 2014 ocupávamos a posição 45; em 2013 ocupávamos a posição 15; e hoje ocupamos a posição 204. Visto desta forma parece que temos vindo a piorar. Como dizia no início e com sempre digo, neste tipo de documentos a leitura e a análise devem ser sempre rigorosas. Com efeito, perdemos ou descemos posições, mas no valor do índice em si continuamos mais ou menos na mesma - 40 pontos. Tínhamos 49 pontos em 2013 e temos hoje 41 pontos. Não nos deixemos impressionar portanto pela posição de sermos o 204 ou o 205. Mas sejamos capazes de perceber o significado do índice e do que nos importa corrigir, melhorar e alterar. Senhor presidente, minhas senhoras e meus senhores, mais do que os parâmetros que estão a ser considerados, um índice de transparência reflete muito a forma, a postura organizacional, a sensibilidade que cultivamos e a importância que damos às tomadas de posição informadas e refletidas e aos cidadãos que defendemos. Quando um presidente de Câmara, por exemplo, tem que ser obrigado por uma entidade superior a ceder documentos aos vereadores da oposição, quando o executivo possa não responder às interpelações da Assembleia, quando não recebemos documentos complexos com mais antecedência que a legal, quando, cansados, fazemos algum ruído sempre que um município se dispõem a falar numa Assembleia, quando achamos que pedir mais informação é arrogância ou jogo partidário; Nesse momento estamos a reforçar um determinado tipo de cultura, que quase sempre se transforma numa forma de estar á qual nos habituamos e sobre a qual muitas vezes já nem nos apercebemos. Este índice na sua génese é a consequência dessa forma de estar. Não importa se hoje é do lugar 204 ou se em 2013 era no lugar 15. Temos um índice baixo que se mantém baixo e que importa contrariar. Senhor Presidente de Câmara parece-nos relevante alterar uma certa forma de fazer as coisas, de maneira a garantir que o princípio da transparência se materializa todos os dias. Não porque precisaremos de estar acima ou abaixo neste ranking, mas porque a falta de transparência resulta em desconfiança e num profundo sentimento de insegurança e de falta de controlo. As pessoas, tendem a alhear-se da cidadania e da causa pública quando sentem opacidade, tendem a envolver-se menos quando não sentem transparência, mas acima de tudo e o mais importante participam mais quando percebem o contorno das coisas e quando se sentem informadas e quando podem discutir com conhecimento. Queira pois, no exercício do seu

mandato, contribuir para alterar esta realidade que não nos deve satisfazer. E um bom exemplo dessa realidade é a importância que temos dado à auditoria no Centro de Línguas. Senhor Presidente, para que não fique qualquer tipo de dúvidas, respondendo à sua questão: A quê e com que objetivo?- De forma muito tranquila e direta, lhe digo: mais de meio milhão de euros que desapareceu e que não sabemos para onde foi parar; - E para quê? -Para que se apure a verdade e se responsabilize quem tem que ser responsabilizado e para que possamos olhar para o futuro sem desconfiar e sem desconfianças daquilo que possa ter acontecido. Uma auditoria é absolutamente relevante. E num valor de mais meio milhão de euros, digo aquilo que disse em qualquer Assembleia Municipal aquilo que sempre dissemos, independentemente do ator que possa estar na mesa: “É fundamental para o concelho de Oliveira de Azeméis esclarecer com muita efetividade o que aconteceu a mais de meio milhão de euros.” A transparência é também isto. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no mundo que está em tensão crescente, reconhecemos o tamanho do nosso pé e da nossa pequena escala. Ainda assim, a forma que temos de estando eleitos contribuir de forma consequente para as matérias de transparência é podermos relembrar estas questões e contribuir sempre para a transparência dos processos. As Assembleias Municipais, mais a mais descentralizadas, têm também esse caráter e devem reforçá-lo. O Partido Socialista está inteiramente disponível, como sempre, para participar numa mesa redonda, ou noutra qualquer formato, que permita refletir e discutir com as pessoas estas questões e que reforce num ano que também será de eleições a participação democrática e o envolvimento das pessoas. Em versão crescente da tendência de abstenção, passa por nós, passa também por aqui estas questões da transparência. Este pode ser um bom mote. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado José Campos, do PSD. =====

===== Senhor Presidente da Câmara, senhores Secretários da Assembleia, Senhor Presidente da Assembleia, senhores vereadores, caros membros da Assembleia, caro público aqui presente, munícipes e comunicação social. Uma pequena nota introdutória: Acabamos de assistir a um extraordinário discurso, ao qual já estamos habituados, com muita demagogia à mistura. Em termos de rigor, o rigor habitual do Partido Socialista de, quando dá jeito, citar sempre índices ou estudos que lhe são favoráveis e nunca citar índices ou estudo quando de alguma forma são favoráveis, não ao executivo, mas favoráveis a Oliveira de Azeméis. Posto isto, o assunto que me trás cá: Foi inaugurado no passado dia 21 de janeiro o complexo desportivo municipal de Cucujães. Este é um projeto há muito ambicionado pelas pessoas de Cucujães e que finalmente com a sua concretização passará a estar ao serviço das populações, ao serviço do desporto. A aposta neste tipo de infraestruturas, que permitam a melhoria das condições para atletas e para a população em geral, tem sido uma aposta estruturante do nosso município. É hoje reconhecido pela maioria dos oliveirenses, como uma estratégia certa e de

sucesso a aposta no desporto como valorização territorial e na criação de melhores condições para a prática do exercício físico por parte de todos os oliveirenses. À semelhança daquilo que tem passado um pouco por todo concelho, Cucujães tem beneficiado de várias e importantes obras também nas infraestruturas desportivas. Da nossa parte, PSD, não mudamos de opinião – consideramos que as sinergias e os benefícios que o investimento nesta área trás ao nível da coesão territorial, ao nível económico, ao nível da melhoria das condições de lazer e de saúde são muito importantes para a valorização do nosso concelho e em particular para a valorização de cada uma das nossas freguesias. Pelo contrário, aqueles que usam muito do seu tempo de antena para criticarem a estratégia do executivo mas que, depois, no momento da inauguração da obra perante os holofotes da imprensa e a presença massiva das populações se apressam a elogiar a obra. Pode ser que estejamos apenas perante um cenário de evolução, na forma de encarar o apoio à prática desportiva por parte de alguns agentes políticos do nosso concelho e se assim for? Ainda bem. Voltando á inauguração do complexo desportivo municipal em Cucujães: Referir que foram muitas as individualidades do mundo do desporto e da política que estiveram presentes na inauguração do passado dia 21, mas mais importante do que a presença destas identidades foi a presença em grande número de habitantes de Cucujães. Este foi um momento de clara demonstração da importância e apoio que a população de Cucujães deu a esta infraestrutura. E, obviamente, à política de apoio á prática desportiva que a Câmara Municipal estabeleceu para Cucujães. Outro tema de que gostaria de falar muito rapidamente diz respeito à manutenção das passadeiras para peões em todas as freguesias do concelho, através da pintura das mesmas, e que tem ocorrido em grande escala nos últimos tempos. Faz bem a Câmara Municipal e ainda bem que assim é. Este não é um investimento estruturante. Obviamente tem que ser encarado como um ato de gestão corrente, mas é um ato que se reveste de extraordinária importância, sobretudo porque está em causa a segurança das pessoas. Para quem tenha dúvidas da importância deste tema, basta estar presente numa Assembleia de Freguesia de uma qualquer freguesia do concelho para perceber que esta é uma questão das que mais preocupam as pessoas. O desafio que aqui lançamos é para que a Câmara Municipal continue agir de forma célere nesta matéria. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, colegas da Assembleia Municipal, comunicação social, público, funcionários da Autarquia. O Rotary Club de Oliveira de Azeméis, todos anos, através da sua avenida de serviços profissionais, tem uma atividade de reconhecimento do profissional do ano. O objetivo desta iniciativa é valorizar o mérito de cidadãos que se distinguem na sua profissão e dessa forma contribuem para a melhoria da comunidade e contributo para paz entre os povos e nações. Neste ano 2016/2017 está de parabéns o homenageado senhor António Grifo, pessoa de

vida preenchida e atividades multifacetadas, que ao longo de toda a sua vida profissional se aplicou com zelo, empenho e humanismo nos relacionamentos. Também tem tido a gentileza de colocar grande parte do seu tempo na entrega a causas sociais e ações filantrópicas, de participação cívica e ação política. Do exercício do cargo de Primeiro Secretário da Mesa tem sido uma referência no diálogo democrático e na procura entendimento entre os partidos com assento na Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis. O CDS-PP associa-se a esta iniciativa e deseja ao senhor António Grifó as maiores felicidades e a continuação de uma vida preenchida e sempre ao serviço das mais nobres causas.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Afonso, do PS. =====

===== Senhor Presidente, os meus respeitosos cumprimentos extensivos aos restantes elementos da mesa, Senhor Presidente da Câmara, e restante vereação, para si e de um modo particular desejar-lhe sucesso no exercício das novas funções assim como á professora Manuela; ao senhor Presidente da Junta de Loureiro, o senhor Rui Cabral, muito obrigado por nos voltar a receber, membros da Assembleia, senhores presidentes de Junta, oliveirenses e loureirenses. Trazer aqui duas questões: A primeira - Iniciaram-se obras do Município na Travessa do Cruzeiro, há cerca de dois meses ou mais. Entretanto, aquela rua está intransitável, as obras pararam e as máquinas desapareceram. Gostaria de saber, porque é que pararam as obras - Se há algum problema - Qual é a razão - E para quando serão retomadas, se serão retomadas? Outra questão que venho trazer aqui é sobre o ofício remetido pelo senhor Presidente da Assembleia e remetida pelo senhor Provedor de Justiça de estacionamento de duração limitada e contraordenações. E, neste sentido, o Partido Socialista vai apresentar a esta Assembleia uma moção e uma recomendação que vou passar a ler: “Desde 18 de Março de 2005 que está em vigor em Oliveira de Azeméis o Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e Utilização Onerosa da Cidade no concelho de Oliveira de Azeméis, publicado através do Edital n.º 104/2005, na IIª Série do Diário da República de 16 de Fevereiro de 2005, que visa disciplinar o estacionamento e paragem de veículos, prevendo aplicações de coimas no caso da violação dessa disciplina. Estabelece o n.º7 do art.º 169º do Código da Estrada que a competência para o processamento das contraordenações rodoviárias previstas no art.º 71º do Código da Estrada aplicação das respetivas coimas podem ser atribuídas a Câmara Municipal competente para aprovar a localização do parque ou zona de estacionamento. Estabelece ainda o n.º 7 desse mesmo artigo que compete ao membro do Governo responsável pela área de administração interna, definir as condições para a atribuição das referidas competências às Câmaras Municipais. O que veio acontecer com a publicação da Portaria n.º214/2014 de 16 de Outubro que define no seu art.º 2º os requisitos necessários para que tal competência possa ser atribuída às Câmaras Municipais, requisitos que se reduzem a dois: - A Câmara Municipal tem de aderir ao Sistema de Contraordenações de Transito nos

termos da portaria 254/2013 de 26 de Abril: - O pessoal da fiscalização do município, ou de empresas locais se encontre devidamente designado para a fiscalização do cumprimento do art.º 71º do Código da Estrada nos termos do art.º 5º, nº3, alíneas a) e c) do Dec. Lei 44/2005 de 23 de fevereiro; Dos normativos referidos, resulta duas conclusões muito claras: Até à publicação da Portaria de 2014 as Câmaras podiam aprovar regulamentos de estacionamento, podiam fiscalizar o seu cumprimento mas o processamento das contraordenações rodoviárias e aplicação das respetivas coimas teria de ser feito pela autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. Após a publicação de tal Portaria, as Câmaras Municipais podem chamar a si o processamento dessas contraordenações e aplicação das respetivas coimas, desde que adiram ao SCOT (Sistema de Contraordenações de Transito) e o pessoal de fiscalização se encontre designado nos termos acima referidos. Ora, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, até à presente data, não requereu a atribuição de tal competência, razão pela qual não tem competência para o processamento das contraordenações previstas no art.º 71º do Código da Estrada e nem para a aplicação das respetivas coimas. Contudo, processa-as e aplica-as. Esta situação é ilegal. Tal ilegalidade já mereceu por parte do Sr. Provedor de Justiça a recomendação nº 3/A/2014, onde o Presidente da Câmara foi instado a dar cumprimento ao disposto no art.º 169º nº 1 do Código da Estrada, para além de inúmeras decisões judiciais, declarando nulas as decisões proferidas nos processos administrativos de contraordenações rodoviárias. Esta recomendação foi reforçada por diversas vezes pelos vereadores do Partido Socialista em reunião do Executivo. A postura do então Presidente e seus vereadores foi a de fazer letra morta de tais recomendações a manter-se numa situação de completo desrespeito pela lei. Postura que se mantém até hoje, apesar de na última reunião do executivo, de Outubro de 2014, o Sr. Presidente de Câmara, referindo-se a esta questão, ter declarado que “queremos estar em conformidade com a lei”, e mais, “o Município vai aderir ao SCOT”. Tal desrespeito levou a que o Sr. Provedor de Justiça se visse na necessidade de interpelar esta Assembleia para a necessidade de garantir o escrupuloso cumprimento da legalidade em matéria de processamento e aplicação de sanções no âmbito dos processos contraordenacionais por estacionamento indevido nas vias públicas sob jurisdição municipal; Assim, e porque é competência desta Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, no sentido de garantir o cumprimento da lei, os deputados socialistas municipais, propõem que a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, delibere: 1.Recomendar à Câmara Municipal que altere os procedimentos de processamento e aplicação de sanções no âmbito dos processos contraordenacionais por estacionamento indevido nas vias públicas sob jurisdição municipal, seguindo a recomendação do Sr. Provedor de Justiça, no sentido de garantir o cumprimento da lei nesta matéria, o que passa, ou por remeter para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária o processamento das contraordenações, ou requer ao membro do governo responsável pela administração interna dessa competência, aderindo ao SCOT, demonstrando que preenche os requisitos para tal, tudo conforme previsto no artigo 2º da portaria 214/2014, de 16 Outubro; 2. Recomendar à Câmara Municipal que suspenda os

atuais procedimentos contraordenacionais rodoviários até cumprimento dos requisitos supramencionados na Portaria nº 214/2014.” A bancada do Partido Socialista.=====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado. Eu só queria, não tendo sido eu que proferi aquela frase mas, de a repetir, de igual modo: “A Câmara Municipal quer e cumpre a Lei.” Mas em qualquer circunstância eu gostava que o senhor Vice-presidente prestasse algum esclarecimento relativamente a aquilo que é esta matéria a qual ele tem estado a acompanhar mais de perto. E, portanto, eu pedia ao senhor Presidente da Assembleia que concedesse a possibilidade de dar a palavra ao senhor Vice-presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Vice-presidente da Câmara Municipal - Ricardo Tavares. =====

===== Muito boa noite a todos. Relativamente a esta matéria: Já tive a oportunidade publicamente de prestar esclarecimentos sobre o que se passa com o processo de contraordenações instaurados pela Câmara Municipal. A Câmara Municipal tem a possibilidade, conforme referiu o doutor Carlos Afonso, de aderir ao SCOT, no âmbito desta portaria a que fez alusão. Mas a Câmara não aderiu, porque os processos de contraordenação instaurados pela Câmara Municipal não são ao abrigo do art.º 71 - conforme referiu. Essa Portaria, no fundo, regulamenta os processos de contraordenação instaurados por estacionamento proibitivo. O senhor deputado Carlos Afonso sabe que o Código da Estrada não fala em estacionamento indevido, fala em estacionamento proibitivo. A Câmara Municipal instaura processos de contraordenações por estacionamento abusivo. O estacionamento abusivo não está contemplado no Código da Estrada, está contemplado por Regulamento Municipal ao abrigo do princípio de autonomia local consagrado nas leis de autonomia das Autarquias Locais e essa explicação já foi dada ao senhor Provedor de Justiça. E tem uma vantagem, a nosso ver, para os municípios de Oliveira de Azeméis, porque o estacionamento proibitivo tem uma sanção para o incumprimento de estacionamento, uma sanção mínima de 30,00€ (trinta euros). Portanto, uma sanção mínima que o SCOT ou a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária aplicará numa primeira infração, numa segunda e numa terceira infração os valores serão superiores e poderão ir a um máximo de 150,00€ (cento e cinquenta euros). O estacionamento abusivo, que está perfeitamente regulamentado, no Regulamento Municipal de estacionamento à superfície, permite o pagamento das situações em infração no prazo de cinco dias após o estacionamento indevido - conforme referiu - pagando uma coima mínima de 6€ (seis euros). Portanto, os municípios que estejam em situação de infração sucessivamente e nem

é á primeira, pode ser á segunda, á terceira, á quarta e á quinta desde que ao fim de cinco dias possam pagar 6€ (seis euros) acabam por ter a situação regularizada. O que não aconteceria no âmbito do estacionamento proibitivo. Por isso, entendendo nós que é necessário sancionar de alguma forma e sensibilizar as pessoas que deverão cumprir com as regras de estacionamento de forma igualitária para todos, entendemos que estamos cobertos por essa situação legal ao abrigo da Lei das Autarquias Locais e da regulamentação suportada pelo poder da autonomia local. Aliás, o próprio Ministério Público já teve a oportunidade e pediu a declaração de nulidade do regulamento de estacionamento à superfície e foi indeferido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro. E o nosso Regulamento Municipal foi o único no país que não foi declarado nulo por Tribunal Administrativo Fiscal. Portanto, temos noção do que estamos a fazer: estamos a cumprir a lei e, além disso, apesar de ser sancionatório e ninguém gostar de sanções, estas sanções são mais benéficas para os munícipes de Oliveira de Azeméis. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos. =====

===== Relativamente á intervenção do senhor deputado Filipe Carvalho, que referiu aqui a questão da programação cultural e em particular os vários momentos que essa programação cultural tem. Evidentemente que é uma programação diversificada e que procura ir ao encontro daquilo que são as expectativas e, digamos, das diferentes sensibilidades relativamente a esta matéria. E penso que será do agrado da generalidade dos oliveirenses e não só, porque apesar de ainda não termos o Caracas devidamente requalificado como também se pretende, apesar disso ainda conseguimos ter a casa muitas vezes muito cheia e com pessoas que vêm de outros municípios e que procuram a nossa programação cultural que é sinal de que ela tem qualidade e vai ao encontro das diferentes sensibilidades. Relativamente ao Carnaval Infantil, que decorreu no último sábado, de facto, foi o mais participado de sempre, teve uma participação excepcional e encheu as ruas de Oliveira de Azeméis. Envolveu cerca de 30 escolas, cerca de três mil alunos, mas quando se fala em alunos também se pode falar dos pais, das mães, enfim, dos familiares mais diretos que se envolvem, quer na organização e nos preparativos, quer depois na participação efetiva, de algumas IPSS que também já é tradicional fazê-lo. E, já agora que estamos aqui em Loureiro, pela primeira vez participou Loureiro neste Carnaval Infantil através, sobretudo, do Agrupamento de Escolas Loureiro, quer da participação que tem a colaboração da IPSS local. E que amanhã á tarde volta a desfilar mas agora só em Loureiro. De facto foi um grande momento. O S. Pedro também esteve a ajudar, de manhã parecia querer mandar-nos ficar em casa mas valeu a pena ter-se esperado e de ter persistido e de facto foi um grande momento que fez esta aproximação da cidade, dos munícipes, das escolas, das famílias. Sobretudo é uma festa. Pelo menos aquela que eu realço é sobretudo também a festa das famílias porque se envolvem diretamente na organização, na participação, no desfile de

carnaval. Relativamente à intervenção do senhor deputado Bruno Aragão: Pois, as considerações que fez, enfim, não me merecem muitos comentários mas merece-me obviamente um comentário relativamente aquilo que referiu sobre a intervenção e a participação, livre, espontânea, preparada também com certeza, de um seu colega de bancada que é o deputado Costa Gomes. E dizer-se que ele não percebe nada de descentralização; Eu também lhe posso dizer que, o senhor também não percebe nada de descentralização. E, portanto, ficaríamos empatados ou se quiser ficamos 2-1. Porque estamos em campos diferentes não temos que nos entender sobre essa matéria. E não é isso que se pede. Esta questão também já percebi há muito tempo, não é de hoje, também não estava à espera que hoje fizesse essa reviravolta. Mas a verdade é que a linguagem que fala não é a linguagem do Partido que o elegeu, ou ao qual está ligado pelo menos em termos listas que o elegeram a esta nesta Assembleia, que fala uma linguagem diferente. E, portanto, tudo bem, é a participação democrática livre e por isso podemos evidentemente o dizer. E também é muito leviano dizer: “o que é que aconteceu de diferente nestes tempos de descentralização competência em Oliveira de Azeméis?” Só quem anda distraído é que pode dizer que não aconteceu nada. Apetecia-me citar aqui um escritor que faleceu há uns anos atrás e que é muito do agrado de uma sua colega de bancada, que é um escritor francês chamado Antoine de Saint-Exupéry, que diz: “ O essencial é invisível aos olhos.” Com isso, eu diria que nestas questões da educação não é possível quantificar, não é possível materializar. Não lhe iria buscar os rankings que, enfim, eles dizem o que dizem e por isso permita-me fazer a ligação ao outro assunto que aqui referiu e, claro, tinha de falar no índice de transparência. E sobre essa matéria nós podíamos falar de muitas questões. Eu podia-lhe citar, enfim, algumas pessoas, e se calhar poderia citar Ribau Esteves, mas provavelmente não lhe diz muito e, talvez, ficaria melhor que eu citasse por exemplo Manuel Machado que é só o Presidente da Associação Nacional de Municípios e também Presidente da Câmara de Coimbra e que diz: “... que a questão do índice de transparência municipal, nele, foram detetadas situações de incongruência e erros técnicos grosseiros. Além de que avaliar a transparência municipal pela análise de um site de internet é demasiado redutor para ter alguma credibilidade” - e diz mais - “entendemos que não tem credibilidade uma entidade privada vir atribuir um índice, estabelecer um ranking, sem ter uma base idónea e fundamentada” - e diz mais - “entende que um trabalho deste género, não se pode basear numa pesquisa apenas dos sites dos municípios para definir o que quer que seja sobre transparência.” E eu, não podia estar mais de acordo. É verdade que - se quiser - eu gostaria de estar nos primeiros lugares. Ok estamos de acordo. Como, aliás, voltando à questão dos rankings das escolas. Também há saltos de cem lugares de um ano para o outro sem ninguém saber porque razões. Porque basta as vezes alguém mudar os critérios. E às vezes até os critérios menos relevantes. – Desculpe? - Não, eu estou a responder à sua intervenção do ponto de vista daquilo que é o meu entendimento, relativamente ao que vale e á importância que tem o índice de transparência. Relativamente á questão dos rankings: Obviamente que, a mudança dos critérios e a contestação que pode ser feita é sempre possível e a argumentação. Agora, uma coisa que

lhe posso dizer é o seguinte: Nós temos tido e tenho pelo menos pautado a minha atuação nesse sentido de complementar aquilo que é a informação que solicita; Neste curto tempo de exercício do mandato como presidente da Câmara Municipal, (o papel da informação dado aos senhores vereadores em reunião de executivo), já me foram solicitados alguns documentos que foram-lhes sendo entregues dentro dos prazos razoáveis e não há nenhuma questão que possa ser dita relativamente a essa matéria. Portanto, a minha atuação e a nossa, enquanto responsáveis autárquicos, e volto a referi-lo, é no sentido de prestar toda a informação que for necessária e de conjugar aquilo que são as diferentes sensibilidades e os diferentes interesses. No sentido de apontarmos num caminho único. E, portanto, eu não tenho nada a esconder, nunca tive, nem quando quiseram de alguma forma extrapolar isso a de descentralização de competências. Mas dizer que, o índice de transparência que aqui citou e que veio referido nos jornais vale o que vale e não valer mais do que isso, não é nenhuma cartilha, nem nenhuma bíblia que tenha que ser seguida de forma a que nem seja questionada. E portanto vale o que vale. Relativamente à auditoria ao Centro de Línguas: Já cá falamos sobre isso; Já cá faltava voltarmos a falar sobre isso; Constitui uma novela. Mas eu gostava de dizer o seguinte: Vale sempre a pena questionar a auditoria e o porquê da auditoria, por uma razão muito simples e também é bom não esquecermos isso. E já agora que estamos a falar de transparência e informação, sejamos claros relativamente a esta matéria: O Centro de Línguas é uma entidade privada - certo? - Diferente da Câmara Municipal - com quem a Câmara Municipal tem responsabilidades, sobretudo pela sua componente social e no apoio que lhe dá. A questão que aqui trouxe é de apurar um suposto desvio de dinheiro, de meio milhão de euros – penso que foi isto que referiu. E eu gostava de lembrar que, em seu tempo e não foi há tão pouco quanto isso, quer o Ministério Público quer os Tribunais se pronunciaram e já apuraram uma determinada quantia. Se não é o suficiente e se não foi mais longe: Também me parece - digo eu - que uma auditoria seja mais competente do que aquilo que os Tribunais e o Ministério Público fizeram. Mas, - meu caro, acreditemos - Eu já não acredito no Pai Natal - mas o senhor deputado, provavelmente ainda acredita, enfim, são questões que eu não queria dizer: Primeiro - Nós não somos obstáculo a que auditoria se faça; - Não acredito que a auditoria consiga melhor do que aquilo que conseguiu quer o Ministério Público, quer os Tribunais. E, portanto, estamos conversados sobre esta matéria e quando for o momento será feita se e nas condições que isso for possível. Relativamente à intervenção do José Campos, que nos referiu o complexo desportivo municipal e sobre a inauguração deste complexo: É uma obra que é digna, que está ao serviço de Cucujães e da comunidade, das associações, é uma obra muito digna e que deverá ser obviamente aproveitada pelos clubes, pelas associações. Até porque não pelas escolas? Porque no período letivo estará mais disponível. Sobretudo que seja um fator de promoção da prática desportiva, do exercício físico e que possa realmente ser um orgulho para todos os cucujanenses, mas também para todos os oliveirenses porque se trata de uma obra municipal que foi inaugurada muito recentemente. Relativamente à intervenção do deputado Pinto Moreira: Eu gostaria de referir também que, obviamente, o Município se associou á iniciativa do Rotary Club de Oliveira de

Azeméis na distinção do mérito fez do nosso, também, deputado e Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal, António Luís da Fonseca Grifo. Portanto, uma justa homenagem e uma distinção que é inteiramente merecida, sobretudo pela forma digna que a homenagem se revestiu, pelo imenso trabalho que tem feito este nosso colega deputado que, não sendo natural de Oliveira de Azeméis, tem uma vida inteiramente dedicada a esta cidade e associações em particular e a causas públicas como é o caso da Assembleia Municipal. Relativamente à intervenção do deputado Carlos Afonso: As obras na Travessa do Cruzeiro, evidentemente estão paradas porque estão a ser desenvolvidos os procedimentos necessários no sentido de atender aqueles que são os requisitos necessários para serem aprovados pela Direção Geral da Cultura. Portanto, esperemos que rapidamente isso aconteça. E é só senhor Presidente da Assembleia. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, não é primeira vez que o deputado Bruno Aragão se refere á minha pessoa em concreto e até ao modo como eu me apresento e ao meu discurso aqui na Assembleia. Enfim, fico lisonjeado pela forma como diz “um discurso laudatório”. Espero que um dia também consiga chegar a ter este discurso laudatório mas, não está muito longe, também devo-lhe dizer que não está muito longe desse mesmo discurso. Depois, vir aqui dizer – “Rei morto, Rei posto”: - Eu até entendo que o PS não queira e o senhor Bruno Aragão não queira falar do Dr. Herminio Loureiro, mas não me pode proibir de eu falar dele e de expressar a minha gratidão e o meu reconhecimento pelo trabalho que ele fez durante o mandato e quando decidiu sair: Saiu. E confere-lhe essa liberdade em tomar essa decisão. E, portanto, quanto a isso também não percebo qual foi a sua intenção. Também dizer-lhe, enfim – “transparência?” Eu penso que fui aqui bastante transparente e não disse aqui nada que, de facto, não pudesse ser dito. Aliás, eu apenas quis reafirmar a desconcordância entre aquilo que o PSD viu no Programa Aproximar Educação, a visão do PS nesse sentido, e a diferença em que o PS de Oliveira de Azeméis e o restante PS nacional que vê o Programa Aproximar Educação e que referiu o Programa Aproximar Educação como um modelo a seguir e que o PS (, é uma verdade - e acabou de afirmar aqui, não reconhece aqui neste programa mais-valias. E portanto, não vamos estar aqui a discutir se eu sou competente se não sou competente para falar de descentralização ou de municipalização. Porque isso também é passar um atestado de incompetência e também não lhe fica bem. E, portanto, agradeço sempre as intervenções que faz; tenho o maior respeito por si, a maior admiração naquilo que faz; mas também agradecia que, porque já não é a primeira vez que faz, enfim, reconheça o trabalho das outras forças políticas e o trabalho dos deputados. Obrigado, era só. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Carlos Afonso do PS. =====

=====
 Senhor Presidente. Relativamente à explicação que foi dada pelo senhor Vice-presidente, ela não tem o mínimo de cabimento legal. Nós estamos aqui a falar, e estão aqui juristas, nós estamos aqui a falar de uma coisa muito simples: Não são os cinco dias que têm para pagar a multa; Nós estamos a falar aqui de quem tem competência para instaurar o processo contraordenacional. E o processo contraordenacional é instaurado depois dos cinco dias. Portanto, a Câmara Municipal não tem competência para instaurar esses procedimentos contraordenacionais. Senão, o senhor Provedor de Justiça deve estar “marado” em fazer essa recomendação ao senhor Presidente da Câmara, que não a acatou. Ter remetido para o senhor Presidente da Assembleia Municipal a mesma recomendação, no sentido de que a Câmara Municipal tomasse as providências e até agora não foram tomadas. E o que estamos aqui hoje a fazer - e nesta recomendação que o Partido Socialista apresentou nesta Assembleia Municipal - é no sentido que a Câmara Municipal tome efetivamente os procedimentos que são necessários e que estão na lei no sentido de se quer instaurar processos contraordenacionais, tem que obedecer aos requisitos da Portaria (ponto). Vir aqui dizer: “ - Ai o Regulamento ...”. Não está aqui em causa se o Regulamento é legal ou ilegal. Não é isso que nós estamos aqui a discutir. O que se está aqui a discutir e que foi remetido pelo senhor Provedor de Justiça é quem tem competência para instaurar processos contraordenacionais rodoviários, circunscritos a cada município, é a Autoridade de Segurança Rodoviária. A não ser, que, as câmaras municipais queiram tomar essa incumbência, mediante os requisitos que a Portaria exige. É isso que está aqui em causa senhor Vice-presidente. E não é os cinco dias e os benefícios. Repare, a multa é a mesma: São trinta euros no Código da Estrada e são trinta euros no Regulamento Municipal. Portanto não há aqui benefício absolutamente nenhum. – Não. Desculpe, são trinta euros no processo de contraordenacional. Senhor Vice-Presidente, quer que lhe leia o artigo? – “Artigo 31º - Contraordenações: A infração ao artigo 26, alínea d), por tempo superior permitido neste Regulamento, a coima é graduada entre trinta a cento e cinquenta euros. Quer que lhe lei qual é no Código da Estrada? – No código da Estrada diz: “ ... por tempo superior ao estabelecido ou em pagamento de taxa fixada nos termos a quem infringir ... de trinta euros a cento e cinquenta euros.” Ouça, no Código da Estrada está o mesmo que no Regulamento. Agora a questão aqui, não é o valor nem é os cinco dias, é depois de passar os cinco dias sem pagar os tais seis euros é instaurado o processo de contraordenação porque até ali não é. Depois de ser instaurado o processo de contraordenação, quem é que tem competência? É a Câmara ou a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária? Essa é que é a questão. E foi essa mesma questão que o senhor Provedor de Justiça veio remeter ao senhor Presidente da Câmara para tomar as providências e cumprir a lei. E foi isto que nós viemos fazer com esta moção. Muito obrigado. =

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão do PS. =====

===== *Muito obrigado senhor Presidente, agradeço pela flexibilidade que dá ao Período de “Antes da Ordem do Dia”, bem reconheço a exigência da gestão destes períodos. Mas, como compreenderá, não posso deixar passar aqui algumas questões por uma questão de transparência para que as pessoas também possam estar informadas e tenham direito a perceber algumas coisas que possam não ter ficado tão claras. Senhor deputado, eu nunca falo sobre o trabalho de nenhuma bancada nem de ninguém, falo sempre pelo conteúdo. Portanto, nunca me ouvirá falar sobre o trabalho mais ou menos aprofundado; sobre o conteúdo, sempre. E, portanto, nesse sentido, vou reler o que disse a propósito, senhor Presidente da Câmara, do índice de transparência: “ Não nos deixemos impressionar, portanto, pela posição mas sejamos capazes de perceber o significado e, a partir daí, o que importa corrigir, melhorar ou alterar.” – Não disse que este era o índice mais importante; Não disse que os rankings eram os melhores. Pelo contrário, disse até como o mesmo índice, ou como no mesmo índice e para o mesmo valor que foi atribuído a Oliveira de Azeméis, nós já estivemos na posição 15, na posição 45, 148 e 204. Exatamente para o mesmo valor que nos atribuem. Acho que ficou claríssimo a forma como olhamos para este tipo de coisas. Mas tanto somos capazes disso como dizer: Ok. Se há matérias que são importantes e se o ranking em si não é significativo, o que importa é o que ele poderá querer dizer. Agora, senhor Presidente, somos absolutamente coerentes, quanto dizemos isso e depois fazemos por exemplo: a publicitação no Boletim Municipal, da informação sobre um ranking ou sobre um estudo que coloca Oliveira de Azeméis como um dos melhores locais para trabalhar, um estudo que tinha sete autarquias - E, portanto, senhor Presidente não fazemos esse tipo de coisas - Uma tese de mestrado feita por um privado. Não entramos nesse jogo. Tentei de uma forma clara dizer assim: Há aqui um indicador, que vem sendo feito há vários anos, que até podem mudar os critérios que lá estão porque a posição do município para o mesmo valor que foi atribuído vai variando. Agora, há um conjunto de matérias que nos importa, inclusive, senhor Presidente, volto a dizer, sobre esta matéria do Centro de Línguas é mesmo até à exaustão. Porque eu tenho vergonha e já disse isso em várias Assembleias Municipais, - Eu tenho vergonha senhor Presidente de andar na rua e de ver imensas dificuldades de muitas pessoas e não conseguir explicar, não conseguir mesmo, o que é que aconteceu com meio milhão de euros. Isso é uma coisa que mexe profundamente comigo. Sobretudo, num período e numa fase em que as pessoas passaram dificuldades imensas. Isto é política. Isto é o dia-a-dia senhor Presidente. Isto é uma coisa que nos deve preocupar a todos. Não me venham com a estória e não me repita o que dizia exatamente o senhor Herminio Loureiro. Não me venham com a estória que o Tribunal já decidiu. O Tribunal não fez nenhuma auditoria. O Tribunal limitou-se a analisar uma questão específica. Sobre a auditoria numa altura em que a Câmara geria o Centro de Línguas, em que a Vereadora da Ação Social era responsável pelo Centro de Línguas. Senhor Presidente vai-me desculpar - mas é gravíssimo que nos alheemos deste assunto. Como é que eu explico a alguém que ganha 500€ (quinhentos euros) de salário mínimo uma coisa destas? Não explico, eu tenho vergonha. Isto é uma coisa visceral. Não tem a ver com o que achamos importante ou não. Isto deve mesmo consumir-nos tempo todo. É isto que torna a*

política uma atividade menos nobre e menos atraente. É isto que faz com que as pessoas digam da política o que dizem. Isto deve mesmo preocupar-nos. Tal como disse ao senhor ex-presidente Herminio Loureiro - isto devia mesmo tirar-nos o sono, mesmo tirar-nos o sono. E, senhor Presidente, deixe que lhe diga que fico desapontado, até porque estava á espera de outra coisa, que comece esta Assembleia a dizer que ia ser isento. E, a primeira intervenção que faz, em resposta a uma das minhas interpelações, é defender um deputado da Assembleia Municipal que por acaso é também da sua cor política. Senhor Presidente, não diga 2-0, 2-2, 1-1; Eu ganho ou perco um jogo que posso jogar assim ou assim. Agora, a três, isto não funciona, como sabe. Portanto a isenção é também nisso. Repare: a sua primeira intervenção é para dizer “Eu sou isento”. E logo a seguir diz – “ah venho aqui defender e tal.” Senhor Presidente as coisas não combinam e não ficam bem e não é esse o tom sequer que tínhamos imprimido a esta discussão. Agora, não podemos é, enfim, depois, resolver apresentar as coisas de uma forma e debater as coisas de uma forma e não esperar naturalmente que nós tenhamos que fazer intervenções deste tipo. Nem fica bem este tipo de intervenções. Digo-lhe mais, temos cinco Assembleias Ordinárias por ano, é para isto que estamos, é para isto que nos elegem. Não tenha preocupação com a hora. A melhor forma às vezes, ou sempre, de nos responder é: se entendem que as intervenções que fazemos não fazem sentido; Responda com exemplos concretos. Eu falei do Programa Aproximar Educação, sobre o qual agradeço até a sua mudança de tom. Porque de facto na primeira intervenção misturou o PS local com o PS nacional e depois na segunda intervenção muito mais claro. Senhor Presidente basta dar exemplos: isto, e isto, e isto, e isto, está diferente. Pronto, tranquilo, toda gente ouviu e percebeu. O que é essencial é invisível aos olhos (ponto). Em Oliveira de Azeméis há muita coisa essencial, tenho que lhe dizer, muitas obras essenciais. Muito obrigado.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar mais esclarecimento. =====

===== Senhor Presidente permita-me umas notas e a propósito da intervenção do senhor deputado Carlos Afonso eu pedia, mais uma vez, a permissão para a intervenção do senhor Vice-presidente porque há aqui algumas questões ainda para esclarecer. Mas, não podia, obviamente, deixar de referir a nova intervenção do deputado Bruno Aragão para lhe dizer o seguinte: Provavelmente, o senhor deputado, não me conhece. Não tem que o fazer, não ter esse conhecimento. Mas, o facto, nos termos e na forma como se dirigiu ao senhor deputado Carlos Costa Gomes, não é por ser o deputado Carlos Costa Gomes mas porque o objeto da discussão que está em causa, que é a descentralização de competências, por acaso, visa-me precisamente a mim. E portanto, evidente que, se quiser, e eu referi isso, não estamos de acordo (ponto). Temos questões e pontos de vista diferentes? Ok. Temos que nos respeitar, pelo menos isso. E diz-lhe, e podia voltar a referi-lo, que, no que diz respeito á educação, ao contrario do que aquilo que - e isto é transversal a todos os partidos e a todos os governos e este em particular

está a fazê-lo uma vez mais - é que as mudanças em educação não devem ser feitas do dia para a noite, ad hoc, sem terem um tempo de maturação, sem terem um tempo de avaliação dessas reformas e sistematicamente nós estarmos aqui a proceder a alterações que resultam em confusão, em mais ruído, e deixemos de estar centrados naquilo que não é o cerne da questão, no que diz respeito à área de educação. Portanto, temos muitas formas de lá chegar. Não estamos de acordo? Meu caro deputado: Não há problema nenhum; Eu respeito a sua opinião. Posso não estar de acordo. Dizer que isso não constitui nenhuma ofensa, nem nenhuma forma diferente de dizer que não estamos de acordo. Agora, eu também já manifestei isso e isso não significa falhar à minha isenção. Eu professo causas e defendo causas. E essa é uma delas. E eu acredito nela. E com ela nós tivemos no Município de Oliveira de Azeméis mais gente a comungar da mesma causa. E por aí não vem nenhum mal ao mundo. E já agora também, que citei Antoine de Saint-Exupéry, poderia também citar duas coisa que é a velha máxima – “A César o que é de César”. E portanto, quando a gente não está por dentro de uma determinada matéria deve, pelo menos, reconhecer que há quem possa saber pelo menos um pouco mais e poder aprender com quem sabe. E também, utilizando uma linguagem desportiva - se quiser - não vale a pena estar sempre a jogar ao ataque, às vezes também tem que se jogar à defesa. E, portanto, meu caro, defesa de argumentos, defesa de ideias, defesa daquilo em que acreditamos. Sendo certo que: à mulher de César não basta ser, é preciso parecer também.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao senhor Vice-presidente da Câmara Municipal – Ricardo Tavares, para prestar mais esclarecimentos. =

===== Eu já não tenho a presunção de esclarecer o Dr. Carlos Afonso mas, cabe-me a mim, sim esclarecer a Assembleia Municipal e os oliveirenses. Eu vou insistir no que disse: Esta proposta da bancada do Partido Socialista visa suspender a iniciativa da Câmara Municipal de instaurar processos de contraordenação sem aderir ao SCOT. A Portaria que o senhor deputado Carlos Afonso mencionou diz que a Câmara pode aderir ao SCOT nos casos em que forem instaurados processos de contraordenação ao abrigo do art.º 71 do Código da Estrada. A Câmara Municipal, até hoje, nunca instaurou processos de contraordenação ao abrigo do art.º71 do Código da Estrada. Portanto, não há que suspender nada, porque a Câmara nunca instaurou processos de contraordenações nos termos do Artigo 71º do Código da Estrada. Isto é tão simples quanto isto. A Câmara Municipal tem instaurado processos de contraordenação nos termos do Regulamento de Estacionamento à Superfície, conforme já referi. Depois dizer mais duas coisas: O senhor Provedor de Justiça tem tanta legitimidade para recomendar ações à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, como também tem toda a legitimidade para instaurar processos contra a Câmara Municipal para declarar a nulidade ou recomendar ao Ministério Público para apresentar ações para declara a nulidade dos Regulamentos. E o senhor Provedor de Justiça, apesar de, há três anos ou há quatro anos, andar a apresentar recomendações, nunca foi além disso. Apresentar recomendações. Porque se soubesse e tivesse

a noção, por isso é que é Provedor da Justiça - é para salvaguardar as situações que não estão corretas ou são ilegais, já há muito tempo que o Ministério Público teria vindo por em causa o regulamento de estacionamento à superfície. Já o fez uma vez. E o Tribunal não lhe deu razão. Mas, mais, senhor deputado Carlos Afonso, a Câmara Municipal tem tanta autonomia para criar este estacionamento abusivo, que não é o que está contemplado no Código da Estrada, que o fez, e estipulou uma coima que é diferente do valor que está referido no Código da Estrada para o estacionamento abusivo que já veio aqui à Assembleia Municipal porque já foi aprovada a alteração ao regulamento ao estacionamento à superfície, a Câmara propôs o valor da coima de 25€ que é diferente dos 30€ que estão previstos no código da estrada e foi aprovado aqui pelo senhor deputado, e por todos, a alteração ao Regulamento ao estacionamento á superfície. Portanto reconheceu, reconheceu, que esta figura do estacionamento abusivo é diferente da do estacionamento proibitivo. Porque nós para o estacionamento proibitivo continuamos a manter o valor mínimo de 30€, porque não podemos alterar, porque é o que está referido no Código da Estrada. Isto é tão simples quanto isso. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a seguinte moção apresentada pela bancada do Partido Socialista: “Assim, e porque é competência desta Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, no sentido de garantir o cumprimento da lei, os deputados socialistas municipais, propõem que a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, delibere: 1.Recomendar à Camara Municipal que altere os procedimentos de processamento e aplicação de sanções no âmbito dos processos contraordenacionais por estacionamento indevido nas vias públicas sob jurisdição municipal, seguindo a recomendação do Sr. Provedor de Justiça, no sentido de garantir o cumprimento da lei nesta matéria, o que passa, ou por remeter para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária o processamento das contraordenações, ou requer ao membro do governo responsável pela administração interna a atribuição dessa competência, aderindo ao SCOT, demonstrando que preenche os requisitos para tal, tudo conforme previsto no artigo 2º da portaria 214/2014, de 16 Outubro; 2. Recomendar à Câmara Municipal que suspenda os atuais procedimentos contraordenacionais rodoviários até cumprimento dos requisitos supramencionados na Portaria nº 214/2014.” Após votação na forma legal, foi deliberado por maioria não aprovar a moção apresentada pelo Partido Socialista, registando-se a seguinte votação: Votos contra: - dezoito (18) votos; Votos a favor: - dezassete (17); Abstenções: - duas (2). =====

===== Antes de dar início ao “Período da Ordem do Dia”, o senhor Presidente da Assembleia informou os tempos utilizados no pelas diferentes bancadas no Período de “Antes da Ordem do Dia”: Partido Socialista gastou, 27 minutos; O PSD gastou, 25 minutos e 12 segundos e o CDS/PP gastou, 11 minutos e 22 segundos. =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão: =====

===== **Ponto um:** *Votação das atas n.ºs 26; 27 e 28;* =====

===== *Presentes para aprovação as seguintes atas: n.º 26 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 14.11.2016; n.º 27 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28.11.2016; n.º 28 Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 19.12.2016.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 26 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 14.11.2016 foi aprovada por unanimidade.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 27 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28.11.2016 foi aprovada por unanimidade.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 28 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 19.12.2016 foi aprovada por unanimidade.* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente a informação está disponível e eu estou também disponível para responder, se for o caso.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia apreciou o referido documento.* =====

===== **Ponto três:** Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2016 – Atualização a 18 de janeiro de 2017 - Apreciação;=====

===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Nuno Pires, do PSD, António Pinto Moreira do CDS/PP e Bruno Aragão do PS. =====

===== O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao deputado Nuno Pires, do PSD. =====

===== Finalizado o ano 2016 é importante a análise financeira do Município, nomeadamente a tendência, a previsão e a execução. No ano de 2007, a dívida global do município de Oliveira de Azeméis ascendia a mais de 55 milhões de euros. Com esta situação, foi efetuado um Plano de Saneamento Financeiro que previa amortizações anuais de modo a alcançar um equilíbrio sem por em causa o futuro de Oliveira de Azeméis. Passados nove anos verifica-se o cumprimento escrupuloso do Plano. No final do ano 2016, a dívida global do município situou-se nos 22,5 milhões de euros, 2% abaixo do que estava previsto em 2007. Os empréstimos de médio e longo prazo situaram-se nos 16 milhões de euros, 12% abaixo do que estava previsto no Plano. O endividamento líquido situou-se nos 13,5 milhões e só neste ano teve uma redução de 2,7 e está perto dos 8%; abaixo do que foi estipulado no plano. A dívida a fornecedores é de 1,6 milhões de euros e encontra-se 17 mil euros acima do que estava previsto no plano, elaborado em 2007. No entanto, o volume da dívida a fornecedores representa 4,5% das receitas totais do orçamento do ano anterior, respeitando assim o limite máximo de 40%. O prazo médio de pagamentos é de 41 dias, mais 4 dias face ao ano de 2015 e 7 dias abaixo do previsto no plano em 2007 que eram 48 dias. A execução da despesa total no ano de 2016 situou-se nos 101%. E a execução da receita total foi 103.8%. O município de Oliveira de Azeméis não tem pagamentos em atraso face aos fornecedores. Perante o que se demonstra, pelo nono ano consecutivo a Câmara Municipal tem cumprido com distinção o plano que definiu, que defendeu e que aprovou. Não colocou com isso em causa o então progresso do município. Fazendo com que o mesmo cresça e se desenvolva nas mais diversas áreas. A situação financeira tem percorrido o caminho da solidez e equilíbrio. E assim se espera que continue. A dívida hoje não deixa de ser relevante, mas a tendência tem evoluído de forma positiva fazendo com que as contas do município sejam sustentáveis. O caminho faz-se caminhando. E com rigor, com transparência e com a colaboração de todos lá se vai construindo um futuro melhor. Confesso, que não tinha, era só uma intervenção mais técnica mas, vou adiantar-me um bocadinho e vou fazer uma interpretação mais política. Até porque, eu disse aqui que, o município de Oliveira de Azeméis tem vindo a demonstrar solidez no crescimento em várias

áreas. Mas também sei que é normal que o Partido Socialista diga que efetivamente isto condicionou, e condicionou, nomeadamente o investimento no concelho de Oliveira de Azeméis. O que o Partido Socialista também nunca foi capaz.... Antes de mais, eu não tinha preparado - mas Bruno Aragão exortou ali o colega Carlos Costa Gomes a ler as atas referentes a matérias anteriores. Eu tive a preocupação de ir ver a ata de 21 de setembro de 2007, onde foi discutido o Plano de Saneamento Financeiro. Sim, concretamente o plano do estudo do planeamento financeiro. Na altura, o Partido Socialista insistiu, aliás, alegou que nós poderíamos participar neste Plano de Saneamento Financeiro porque só poderiam aderir ao Plano de Saneamento Financeiro caso a dívida fosse – (ainda se recordam da questão do estrutural do conjuntural): O Partido Socialista defendia que era uma dívida conjuntural; O Partido Social Democrata defendeu que a dívida era estrutural. Mais tarde, o Partido Social Democrata teve razão porque, efetivamente, pode participar no programa. E, hoje, passados nove anos, verifica-se efetivamente. Ok. - Peço desculpa, peço desculpa - O Partido Socialista defendia que a dívida era estrutural e o Partido Social Democrata defendia que era conjuntural. Aliás, era uma condição para que se pudesse aderir ao Plano de Saneamento Financeiro. No meu entender, reconhecendo que existia a dívida, ou seja, quem tivesse que lidar com este processo teria que arranjar uma solução para o cumprimento das obrigações do Município, veio a se verificar que efetivamente a dívida era conjuntural e não estrutural. É óbvio, que isso fez com que o município de Oliveira de Azeméis tivesse que abdicar nomeadamente do investimento que é extensivo às próprias Juntas de Freguesia que com as suas dificuldades também têm quebras de investimento. Mas eu também me espanto um bocadinho as dificuldades e análise da questão do investimento até porque, analisando este governo o investimento também não é nenhum. E porquê? Porque a dívida ou era estrutural ou era conjuntural. Ou se corta de um lado ou se corta do outro. Infelizmente não há máquinas de fazer notas. Nós não temos uma moeda própria e temos que nos cingir a um conjunto de regras. E, mais uma vez, o Partido Social Democrata entendeu que tinha um problema, apresentou uma solução e decidiu avançar. Obrigado. =====

===== Ausentou-se da sala o senhor Presidente da Assembleia, ficando a presidir ao trabalho o senhor António Luís da Fonseca Grifo – Primeiro Secretário. =====

===== O senhor António Luís da Fonseca Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu o uso da palavra ao deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP. =====

===== Obrigado. Nós estamos aqui, obviamente, a falar de contas municipais provisórias do ano de 2016. Se bem se lembram, na votação do Orçamento e Plano para 2016, o CDS votou contra. E votamos contra porque, na altura o que apresentavam no Orçamento para 2016 era um aumento da despesa corrente e uma diminuição do investimento. Portanto, era uma razão capital e por essa razão votamos contra. Os dados aqui apresentados, para o exercício de 2016,

ao nível da organização orçamental, mostram a evidência que o ano de 2016 foi acentuadamente mais negativo que o anterior de 2015. O que significa, que, definitivamente, não temos andado a gerir bem. São as contas que nos são apresentados, como digo - contas provisórias. Há problemas que nem o tempo resolve: - assim o dissemos na Assembleia de 28 de dezembro último. E assim mantemos a mesma opinião. Este executivo não conseguiu inverter as políticas em 2016. O ano de 2016 foi bom? Foi. Mas foi um ano de extraordinária cobrança de impostos aos oliveirenses. Em resultado de novas avaliações do património foram mais de cerca de mais de 2 milhões de euros que os oliveirenses pagaram e que os cofres da Câmara arrecadaram. Ao nível da execução orçamental do Orçamento de Estado, havia previsto recebesse 4,6 milhões de euros de transferência do Orçamento de Estado para a Câmara. O que é que foi a execução? A Câmara recebeu apenas 30% desse valor - 1.0377,000,00€. Foi a única receita de capital. Portanto, isto é característico de uma comissão de gestão e não de um órgão de gestão político. Com uma receita total de perto de 37 milhões de euros de Orçamento de Estado, pouco mais de 1 milhão de transferências. Verifica-se, que estes valores de transferência e estamos a falar das transferências efetuadas pela administração por conta do orçamento de estado. Seja, por via de recebimentos da agência para o desenvolvimento e coesão, por conta de investimentos efetuados por município, nada, em projetos comunitários do FEDER, seja por recebimentos da agência para a modernização administrativa, no âmbito da concretização do projetos de investimento. Nem de um lado nem do outro. Ora, em linguagem direta: se não há ideias, não há projetos; se não há projetos, não há obras; se não há obras, o Estado não transfere (não tem nada a transferir); se o Estado não transfere, ficamos a gerir a despesa corrente. Além disso, também, em 2016 o Município ultrapassou os limites máximos de endividamento previstos no Plano de Saneamento Financeiro, em cerca de meio milhão de euros, haveremos de avaliar também esta situação. Já o relatório do auditor externo sobre a situação económica e financeira do município no final do primeiro semestre indiciava desvios consideráveis. Pena estarmos, apenas, no final de fevereiro de 2017 a analisar o que estava a passar há um ano atrás, a olhar pelo retrovisor. Também se levanta mais uma vez e já aqui falamos: para quando termos informação de gestão em tempo real, de forma podermos atempadamente tomar as medidas corretivas mais adequadas? Portanto, estamos a falar de contas municipais provisórias. E, portanto, queria deixar estas duas notas. E por aqui termino. Obrigado. =====

===== O senhor António Luís da Fonseca Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Secretário permita-me que estenda esta intervenção a este ponto e ao ponto seguinte. E numa nota prévia dizer, também, num tom laudatório, para que fique contente, senhor deputado Nuno Pires: Um bem-haja à juventude. Foi a primeira vez que eu ouvi alguém

do Partido Socialista Democrata a dizer que tivemos de abdicar de investimento. É a primeira vez, garantidamente, que eu ouço alguém do Partido Social Democrata em Oliveira de Azeméis dizer isto. Senhor Secretário permita que no conjunto destes pontos não me dirija a ninguém em particular, nem coloque nenhuma questão específica. Este ano faz dez anos, uma década, que começou um calvário financeiro que temos vindo, por obrigação e não por distinção, penosamente a trilhar. Permita-me que não me dirija a ninguém em particular, como disse, porque várias pessoas foram assumindo as pastas apesar de hoje serem quase as mesmas, com funções diferentes é certo, que eram há dez anos atrás. A cor é comum, mas também isso ficará para a reflexão pessoal, que espero, sinceramente, que cada um possa fazer reservadamente. Uma década, 2007 foi o ano de grandes e acaloradas discussões, de visões extremadas até, conjuntural, estrutural, se é uma coisa se é outra. Sobre isto bastará consultar as várias atas de 2007, li as todas. Hoje, parecem quase história, apesar de ter sido politicamente o assunto mais recorrente desta década em Oliveira de Azeméis. Para o Partido Socialista, porque sempre entendeu que iríamos sacrificar mais do que os próximos dez anos, o que aconteceu com o desinvestimento. Para o Partido Social Democrata, porque numa primeira fase tentou negar a evidência, mas curiosamente fez do pagamento obrigatório a sua maior bandeira nos últimos anos. Em política a capacidade de perspetivar o futuro é tão importante como a capacidade de refletir sobre o passado. Independentemente do que pensa cada um de nós, das posições que assumimos ou defendemos, a realidade está sempre para lá daquela porta. Essa é a realidade que todos nós concidadãos e nós mesmos vivemos todos os dias; Essa é a realidade que comparamos com outras com que sonhamos tantas vezes. Uma coisa é certa, estará a mentir quem disser que esta foi a realidade possível. Uma década. Uma década marcada a passo a pagar uma dívida para lá dos nossos humores políticos ou do ego das nossas pequenas vitórias ou derrotas. Em 2007, numa das assembleias desse ano, o deputado do Partido Socialista Armindo Nunes dava conta da gravidade da dinâmica ascendente da dívida e cito: “ Em abril de 2002 devíamos 5.637.000,00€ (cinco milhões, seiscentos trinta e sete mil euros); Em novembro de 2005 subiu para 12.793.000,00€ (doze milhões, setecentos e noventa e três mil euros); Em fevereiro de 2006 já estava em 23.956.000,00€ (vinte e três milhões, novecentos e cinquenta e seis mil euros), em setembro de 2006 voltou a subir para 25.785.000,00€ (vinte e cinco milhões, setecentos e oitenta e sete mil euros) ” – Pág. 598, dessa ata. Ainda numa outra Assembleia desse ano, o então líder da bancada do Partido Social Democrata, dr. Isidro Figueiredo, dizia em resposta ao Eng.º Joaquim Jorge na altura deputado na Assembleia Municipal, cito:” Pois, o que se passou em 2006 foi exatamente o contrário das perspetivas contabilísticas e económico financeiras da oposição.” – Pág. 823. Curiosamente, terminávamos esse ano de 2007, quase dez anos atrás, com uma Assembleia onde então um vereador do pelouro das finanças, Dr. António Rosa, recordava e cito: “Eu recordo que a 31 de dezembro de 2006 a dívida era de 46.178.000,00€ (quarenta e seis milhões, cento e setenta e oito mil euros) ”; Como bem disse em 2007 estávamos com uma dívida de 55.000.000,00€ (cinquenta e cinco milhões de euros). Genuinamente, sem qualquer tipo de fulanização, enquadrem estas citações no valor histórico e

de registo com atas com dez anos. O que se passou entretanto, todos sabemos. Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores: Para lá dos documentos técnicos, que nos últimos anos analisámos várias vezes ao ano, o que releva desta história é o tempo que passa e não volta; É o que deixamos de fazer; É o que tivemos de adiar. Não nós no democrático confronto político, nós, enquanto povo, enquanto oliveirenses, enquanto realidade que se revê numa mesma identidade pelo lugar onde nasceu ou escolheu viver. E aí sim, quando tantas realidades nos ultrapassam, temos que sentir algum pesar pelo que não fomos capazes de fazer. E reparem, falo na primeira pessoa novamente nesse sentido de unidade. Apesar de parecer histórico estamos ainda a meio da história e ainda temos hoje uma dívida que é semelhante ao que gerou em 2006 as primeiras discussões quando a realidade se tornou impossível de esconder. Hoje, a meio da história, dez anos depois, devemos ainda 22.000.000,00€ (vinte e dois milhões de euros) que continuamos a pagar obrigatoriamente. Valha-nos isso. A história é o que é mas o futuro pertence-nos. Continuamos, espero que todos, com a esperança gratuita de acreditar que vale a pena, que é possível sonhar mais alto, que é possível esperar mais e fazer melhor. Uma década depois, ainda temos muito chão pela frente. Mas não seria correto não pararmos para pensar, como dizia no início, reservadamente. Dizia o filósofo e matemático inglês, Bertrand Russell: “Na vida, nunca se deveria cometer duas vezes o mesmo erro. Há bastante por onde escolher”. Haja futuro. Muito obrigado.=====

===== A Assembleia apreciou a referida informação. =====

*===== **Ponto quatro:** Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31/12/2016 – Atualização a 18 de janeiro de 2017 - Apreciação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== O senhor António Luís da Fonseca Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu acho que há aqui algumas questões que já foram abordadas, pelos três representantes dos diferentes partidos. É inegável que nós estamos no bom caminho, é inegável que o Plano de Saneamento Financeiro que na altura o PS, há dez anos, dizia que não era exequível. Foi: não só implementado; está a ser consolidado; serviu e serve de exemplo a muitas outras Câmaras Municipais. Aliás, o Plano de Saneamento Financeiro de Oliveira de Azeméis foi o primeiro a ser feito no país. E outros seguiram-mo. Não temos que estar de acordo, mais uma vez. Porque, mesmo com outros planos de saneamentos financeiros e outros planos

posteriores, houve muitos municípios que infelizmente não conseguiram cumprir. E nós cumprimos. E continuamos a ter o índice de investimento bastante grande. E já agora vale a pena sublinhar e dizer que não é sério dizer-se: que a despesa corrente aumentou, porque aumentou. Quer dizer, esqueceram-se por exemplo que, com o Programa Aproximar Educação, a despesa corrente aumentou mas também aumentou a receita, como é obvio. E, portanto, as leituras dos números são sempre possíveis de ser feitas da forma como cada um entender. Agora, o que é verdade é que nós neste período de tempo reduzimos a nossa dívida em cerca de 60%. Estamos, em face daquilo que era espectável, em alinhamento com aquilo que nós tínhamos previsto. Em alguns pontos conseguimos superar e ainda estamos a falar de um relatório relativo a 2016, com reporte a 31 de dezembro de 2016, mas ainda não consolidado. Portanto, há-de chegar o momento próprio para discutirmos o relatório de contas, no seu devido tempo, será a próxima Assembleia senão houver nenhuma Extraordinária e, nessa altura, podemos falar mais concreta sobre aquilo que é o resultado final do ano económico de 2016.==

===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.=====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão, do PS e José Campos, do PSD.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Presidente agradeço a oportunidade. Não quero alongar a discussão, como disse: estas coisas é mesmo com algum pesar ou bastante pesar que vou falar sobre elas. Porque, basta conhecer outras realidades para perceber que, enfim, o concelho a que nos sentimos ligados por emoção teve que fazer um conjunto de opções. E portanto é mesmo emocional. Senhor Presidente de Câmara, veja por favor o relatório e veja o que diz o ROC sobre o nível de investimento e cumprimento do PPI. Não diga por favor que temos níveis de investimento consideráveis; 15% é que ele diz lá. Eu sei que isto são contas intermédias, senhor Presidente. Mas estas coisas são de tal forma sérias para as pessoas que estão lá fora que, rigor nestes dados, não podemos dizer estas coisas e depois quando pedimos números: Eu nem quis entrar pelo detalhe dos números, mas pela substância. Um Plano de Saneamento Financeiro é uma medida de urgência, é uma medida de urgência, para uma resolução, para um problema grave. Portanto, não deve ser um motivo de orgulho para nós ele ter sido sequer o primeiro. Nós nunca devíamos ter tido um Plano de Saneamento Financeiro. E, portanto, o seu cumprimento a que estamos obrigados, eu repito esta palavra: - Nós estamos obrigados a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro. Isto não tem mérito nenhum, é obrigatório, temos que o fazer. Senão o fizermos temos sanções ainda piores. Eu não consigo perceber qual é a questão do cumprimento? Nós temos que o cumprir efetivamente. Nós somos obrigados a cumprir o Plano

de Saneamento Financeiro. Agora, é preciso perceber o que é que isso significou nos últimos dez anos. É mesmo emocional de facto. Peço desculpa, Senhor Presidente. Muito obrigado.=====

===== Para dar resposta à intervenção anterior, Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Senhor presidente, só uma nota: Nós temos que cumprir, mas podíamos não a cumprir. E podíamos estar a ser penalizados por isso. E o Plano de Saneamento Financeiro obriga-nos tanto como o País teve que cumprir um plano noutras circunstâncias e teve que o cumprir. Que remédio. Por isso chegou e bateu no fundo.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS.=====

===== Senhor Presidente, eu, peço-lhe imensa desculpa. Eu sei que este não é o modo desta Assembleia, mas como lhe disse: - É mesmo emocional. Senhor Presidente, nós podíamos não cumprir de facto. Diga isso às pessoas que têm um crédito habitação e diga – Epá, não pagues, podes não cumprir. Sabe o que é que isso significa? Efetivamente, nós podíamos não cumprir, podíamos continuar com uma dívida muito maior, podíamos ter consequências do não cumprimento deste Plano. É isto que isso significa. E o senhor diz-me: podíamos não cumprir. Nós comprometemo-nos mas podíamos não cumprir. Tranquilamente. Que como é óbvio sofria este município, senhor Presidente. Este município sofria as consequências do não cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, estando já a sofrer as consequências de um Plano de Saneamento Financeiro. Repare lá o tipo de discussão que temos numa Assembleia Municipal. O que é uma coisa grave. É grave que nós falemos destas coisas assim. Bom, não cumpríamos claro. Senhor Presidente, digo novamente, falamos de um Plano de Saneamento Financeiro do concelho de Oliveira de Azeméis. A realidade nacional é completamente diferente, também teve uma Troika, é gravíssima. Mas se quisermos discutir a realidade nacional, já várias vezes disse aqui: - Convide-nos. - Juntemo-nos a uma mesa, façamos uma tertúlia; falemos sobre a realidade nacional, com outro paradigma. Sobre o concelho de Oliveira de Azeméis, isto é uma coisa que deve mexer profundamente connosco: Primeiro, ter um Plano de Saneamento financeiro, depois estar obrigado a pagá-lo e achar que isso é mérito. Estamos obrigados. Depois dizer: “...senão cumpríssemos...”. Por amor de Deus, senhor Presidente, isto é uma coisa de facto. Desculpe lá. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado José Campos, do PSD.=====

===== *Senhor Presidente, eu não queria alongar isto e não vou alongar isto. Mas já que senhor deputado Bruno Aragão fez referência à situação nacional e às comparações que muitas vezes aqui se faz: Há aqui duas diferenças muito grandes: A primeira: é que Oliveira de Azeméis tinha uma dívida, assumiu que tinha a dívida, encontrou um Plano de Saneamento Financeiro, está a cumprir, está a resolver os seus próprios problemas. Na questão nacional, o partido que o senhor deputado Bruno Aragão pertence eu não sei se fez dívida, se fez muita dívida, muitíssima dívida - os adjetivos ficam para as pessoas. Tiveram que vir outros resolver os problemas. Tiveram que chamar a Troika. Relativamente aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse sobre podíamos não cumprir; O senhor Presidente da Câmara disse bem, podíamos não cumprir. Não disse - nós não vamos cumprir. Eu recorde-lhe que houve na altura um deputado do Partido Socialista, hoje ministro do Governo do Partido Socialista, que disse: “Que se lixe a dívida; Nós não pagamos” – qualquer coisa deste género – (Não é ministro? É secretário de estado (Pedro Nuno Santos)). Ainda bem que vocês se lembram quem é. “Vamos dar à Merkel para pagar. Não queremos saber.” Portanto, essa é a diferença: É que uns assumem, arranjam plano, cumprem um plano. Está a ser cumprido. Outros, arranjam dívida, não assumem um plano; Têm que vir outros concretizar o plano e ainda dizem que se lixe pague a dívida. É a diferença.* =====

===== *A Assembleia apreciou a referida informação.* =====

===== *Seguidamente, pelo senhor Presidente da Assembleia foi apresentado o ponto número dezassete, em virtude da apreciação e discussão ter ser efetuada em conjunto com o ponto número quatro.* =====

===== ***Ponto dezassete:** Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 1º semestre de 2016 – Apreciação.* =====

===== *Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 1º semestre de 2016, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *A Assembleia apreciou a referida informação.* =====

===== ***Ponto cinco:** II Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social do Município de Oliveira de Azeméis – 2017/2019 – Aprovação;*=====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A conclusão da implementação do I Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social*

do Município de Oliveira de Azeméis 2014-2016, aprovado na Reunião de Assembleia Municipal de 27/12/2013 (I/95702/2013), apresentando resultados e impactos bastante positivos nas várias áreas de atuação que o mesmo contemplou, quer na sua vertente interna, quer na externa, promovendo melhorias e avanços significativos ao nível da integração da dimensão da igualdade de género e na adoção de condutas e práticas mais socialmente responsáveis; - Que compete à Câmara Municipal “Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a Igualdade” (alínea q), do nº 1 do art.º 33 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro); - O reconhecimento público da atuação municipal, em 24.10.2016, com a atribuição do Prémio “Viver em Igualdade” – uma distinção da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), que distingue aqueles municípios que desenvolvam boas práticas na integração da dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, quer na sua organização, que nas atividades por si realizadas e promovidas. Considerando, ainda: - O trabalho desenvolvido internamente na implementação e dinamização dos respetivos Planos de Ação, bem como na monitorização do diagnóstico organizacional, através do Grupo de Trabalho Interno (GTI), multidisciplinar, integrador das dimensões da “Cidadania, Igualdade de Género, Não Discriminação e Responsabilidade Social” no MOA; - A aposta do Município de Oliveira de Azeméis em dar continuidade a uma intervenção cada mais efetiva no âmbito da Cidadania, Igualdade de Género, Não Discriminação e Responsabilidade Social, aumentando a eficiência dos instrumentos de política pública na sua promoção. Propõe-se: - A aprovação do II Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social para o período de 2017-2019, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, em conformidade com a alínea k) do nº1, do art.º 33º do Anexo I, da citada Lei nº 75/2013; - Que se remeta à Assembleia Municipal em cumprimento do disposto na alínea h) do nº1, alínea k) do nº 2 do art.º 25º conjugado com a alínea a) do nº 1 do art.º 33º do Anexo I, do mesmo diploma atrás citado.” ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Trata-se da aprovação do II Plano para a Igualdade e Responsabilidade Social do Município. Que é um documento estratégico e que define a ação do município até 2019, nos domínios da igualdade, cidadania e responsabilidade social. No âmbito da missão que nos cabe, enquanto entidade pública procuraremos elevar cada vez mais alto os valores do respeito e da tolerância. Contribuindo para a promoção de uma sociedade mais coesa e eliminando o preconceito capazes de minar a união entre as pessoas. O trabalho até aqui desenvolvido foi no passado dia 24 de outubro de 2016, Dia Mundial para Igualdade, reconhecido pela Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, com a atribuição do prémio viver em igualdade. Sendo a aposta do município em dar continuidade a uma intervenção cada vez mais efetiva aumentando a eficiência dos instrumentos da política pública na sua promoção. =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Helena Lestre do PSD.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra a deputada Helena Lestre, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários; senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores; deputados desta Assembleia, presidentes de Junta e público em geral. Eu não vou aqui analisar o II Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social do Município que aqui é apresentado e está para aprovação, pois tenho a certeza que todos os leram atentamente. Apenas gostaria de salientar que tem incluída a implantação do I Plano de Combate à Violência Doméstica e de Género, é de uma importância relevante porque infelizmente a violência doméstica tem aumentado no nosso concelho. A responsabilidade social, a igualdade de géneros, da cidadania e não discriminação são dimensões que implicam o envolvimento de todos nós para que a sua implementação e concretização sejam um sucesso. E o reconhecimento público em 2016, que o senhor Presidente do Município agora referiu quer dizer e significa que estamos num bom caminho.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o II Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social do Município de Oliveira de Azeméis – 2017/2019.* =====

===== **Ponto seis:** *Renovação do contrato interadministrativo de cooperação financeira celebrado com a Freguesia de Cesar, para as atividades desenvolvidas na Casa de Leitura – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que foi outorgado em 24 de Fevereiro de 2016, o contrato Interadministrativo de cooperação financeira com freguesia de Cesar, para as atividades desenvolvidas na Casa de Leitura, sita na Praça da Liberdade em Cesar. - O teor do ofício da Freguesia de Cesar, com o n.º E/35855/2016, (incluindo documentos justificativos anexos ao mesmo), no qual solicita a renovação do contrato Interadministrativo. Propõe-se: - Que de acordo com a cláusula décima primeira do supra referido contrato, seja o mesmo renovado - Os encargos resultantes do Contrato estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1057/2017, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”* =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Trata-se da renovação por mais um ano do contrato interadministrativo de cooperação financeira celebrado com a freguesia de Cesar para apoio às atividades desenvolvidas na Casa de Leitura da Freguesia com um valor mensal de 800€ (oitocentos euros) mês, perfazendo 8.000,00€ (oito mil euros anuais). =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a renovação do contrato interadministrativo de cooperação financeira celebrado com a Freguesia de Cesar, para as atividades desenvolvidas na Casa de Leitura. =====

===== **Ponto sete:** Proposta de regularização de situações relativas a contratos de arrendamento na Urbanização de Lações – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência as informações do Gabinete de Projetos Socio-habitacionais, referentes às situações que abaixo se enumeram: - Alteração da Titularidade de Contratos de Arrendamento em Habitação Social celebrados com o Município; - Cessação de Contratos de Arrendamento; - Perdão de Dívida (rendas apoiadas – Habitação Social). Propõe-se ao abrigo do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, nomeadamente os artigos 23.º n.º 2 alíneas h) e i), 33.º n.º 1 alínea ee), artigo 1106.º n.º 1, alíneas a) e c) e n.º 2, quando aplicável, do código civil na sua redação atual, e, quanto à matéria da isenção/perdão de dívidas, o artigo 16.º, n.º 2, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), na sua atual redação, a aprovação das supra referidas informações, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Mais se propõe, nos termos acima referidos, a remessa desta proposta à Assembleia Municipal, para os efeitos consignados.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Trata-se neste ponto de fazer a regularização de situações, que passo a descrever: São duas situações em que o titular faleceu, tendo sido uma passado para a esposa e um para uma filha; Um perdão de renda pelo falecimento da titular e o encerramento do processo no valor de 34€ (trinta e quatro euros). Perdão de dívida pelo facto de um dos titulares estar preso

e o outro ter abandonado o imóvel no valor de 2.106,94€ (dois mil, cento e seis euros e noventa e quatro cêntimos); E outro é um processo muito antigo do ano de 2010 em que a titular teve ação de despejo e, na altura, o processo seguiu para o Tribunal e este não deu seguimento ao mesmo não sendo possível a cobrança da mesma no valor de 432€ (quatrocentos e trinta e dois euros).=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta de regularização de situações relativas a contratos de arrendamento na Urbanização de Lações.* =====

===== **Ponto oito:** *Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida – Subsídios – Conhecimento e autorização de assunção de compromissos plurianuais;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - o previsto na alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 22/2015 de 17 de março, diploma que procede à quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, 20 de dezembro, e 66-b/2012, de 31 de dezembro, consideram-se «Compromissos Plurianuais», “os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido” - que, conforme dispõe a alínea c) do n.º1 do artigo 6.º do referido diploma legal, e posteriores alterações e o artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, preconiza ainda que “Assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica (...) acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios, está sujeita a autorização prévia do órgão Deliberativo, quando envolvam entidades da administração local.” - que foi aprovada, por deliberação da AM, de 26. nov. de 2015, a autorização genérica no capítulo VII “Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Genérica da Assembleia “ pontos 1.a); 1.b) e 2. do relatório orçamental de 2016, nos seguintes termos: “1.a) Ao abrigo das disposições legais enunciadas, do enquadramento efetuado e por questões de prudência e racionalidade, se submeta a aprovação da Assembleia Municipal, com o consentimento legal previsto no artigo 22º do Decreto-lei n.º197/99, de 8 de junho e ao abrigo do disposto nos artigos 6º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e posteriores alterações e artigo 12º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, no sentido de emitir autorização genérica favorável para a assunção de compromissos plurianuais durante o ano de 2016, referentes a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico, ou em ano que não seja o da sua realização, que não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes*

ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; - a assunção de compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia e genérica concedida nos termos referido só poderá efetuar-se quando, para além das condições aí previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas. 1.b) Ao fim de cada ano seja dado a conhecer à Assembleia Municipal uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida. 2. Aprovação dos compromissos plurianuais constantes do orçamento e GOP do ano 2016, nos termos e para os efeitos estatuídos no art.º 12º do DL 127/2012 e posteriores alterações.” - que a 31 de dezembro, a lista abaixo, encontrava-se vencida, não sendo possível efetuar o pagamento, dado que não estavam cumpridos os requisitos legais (falta entrega de documentos justificativos e/ou relatórios), transitaram os valores mencionados para o presente ano económico, assim tal situação originaram compromissos plurianuais por força dos fatos retro citados. Assim, face ao exposto e para efeitos da alínea 1.b) da “Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Genérica da Assembleia”, leva-se ao conhecimento e autorização da Assembleia Municipal a listagem dos compromissos plurianuais resultantes, respetivos valores transitados com efeitos em 2017.

Entidade	Valor transitado	Descritivo
<i>Clube de Ténis de Azeméis</i>	€ 2.150,00	<i>Apoio Financeiro 3º Open de Azeméis + Formação desportiva</i>
<i>Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de O. Azeméis</i>	€ 1.000,00	<i>Candidatura de Construção Novo Quartel</i>
<i>Sporting Clube de Bustelo</i>	€ 2.500,00	<i>Apoio Financeiro Azeméis é Vida + Apoio à Formação</i>
<i>Sporting Clube de Bustelo</i>	€ 2.000,00	<i>Apoio Financeiro Azeméis é Vida + Apoio à Formação</i>
<i>FAMOA</i>	€ 2.500,00	<i>Apoio Financeiro Marchas descem à Cidade e Carnaval de Verão 2014</i>
<i>FAMOA</i>	€ 2.500,00	<i>Apoio Financeiro Carnaval Oliveirense 2015</i>
<i>FAMOA</i>	€ 2.656,90	<i>Apoio Financeiro Marchas descem à Cidade e Carnaval de Verão 2015</i>
<i>Associação Empresarial do Concelho de Oliveira de Azeméis</i>	€ 5.000,00	<i>Apoio Financeiro para Plano e desenvolvimento de iniciativas Promoção e Dinamização empresarial</i>
<i>Associação da Escola de Ciclismo Bruno Neves</i>	€ 5.000,00	<i>Apoio Financeiro Programa de desenvolvimento desportivo</i>

APPUL	€ 5.000,00	Apoio Financeiro no âmbito do Processo de qualificação do Pão
-------	---------------	--

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Trata-se de pagamentos que não foram possíveis efetuar por motivos alheios à Autarquia, dado que as entidades não apresentaram em devido tempo os justificativos. Pelo que os valores transitaram de ano produzindo assim efeitos ao orçamento de 201, enquadrando-se na figura de compromissos plurianuais necessitando, por isso, da autorização da Assembleia de acordo a lei dos compromissos. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto nove:** “Critério de repartição” da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto pelos Municípios Associados – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o Município de Oliveira de Azeméis integra a Área Metropolitana do Porto; - Que está prevista a aprovação do contrato interadministrativo de delegação, na Área Metropolitana do Porto, das competências de gestão operacional da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 71º do Anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e art.º 4º do Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro; - Que também está prevista a aprovação da proposta de celebração de contrato interadministrativo de partilha de competências entre a Área Metropolitana do Porto e os 6 municípios da rede STCP, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 71º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e art.º 3º e 5º do Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro; - Que de acordo com o deliberado pela AMP, em 14 de dezembro de 2016, a repartição da dívida decorrente, direta ou indiretamente, da descentralização das competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto (AMP), relativos à STCP, será repartida, na proporção da respetiva participação nas obrigações de serviço público, unicamente pelos municípios servidos por aquela entidade, designadamente os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia. - O disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, propõe-se: - A aprovação do “critério de repartição” da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto, nos termos e para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da seguinte forma: a) A dívida total de operações

orçamentais da Área Metropolitana do Porto (AMP), apurada em conformidade com o n.º 2 do art.º 52º do mesmo diploma, a qual é imputada de forma proporcional à quota do Município de Oliveira de Azeméis para as suas despesas de funcionamento; b) Para todos os efeitos legais, fica excepcionado daquele rateio proporcional (não contando por isso para o computo da dívida do Município de Oliveira de Azeméis), a dívida de natureza orçamental decorrente, direta e indiretamente, da descentralização das competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto (AMP), relativos à STCP, a qual será repartida, na proporção da respetiva comparticipação nas obrigações de serviço público, unicamente pelos municípios servidos por aquela entidade, designadamente os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia. Submeta-se à Assembleia Municipal para a respetiva aprovação.”

==== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

==== Portanto, estamos a falar da aprovação de critérios da repartição da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto. Pertencemos à Área Metropolitana do Porto e, como tal, assumimos a nossa parte de responsabilidade, naquilo que diz respeito ao orçamento da Área Metropolitana do Porto. Aqui nós estamos a falar no que diz respeito à repartição de despesa. No que diz respeito aos STCP será repartida na proporção da respetiva comparticipação nas obrigações de serviço público unicamente nos municípios servidos por aquela entidade. Ou seja, Oliveira de Azeméis fica excluído e essa despesa será repartida pelos municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia. =====

==== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

==== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

==== **Ponto dez:** Reconhecimento de Interesse Público Municipal das Explorações Pecuárias, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11; =====

==== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - os requisitos previstos no art.º 5º do DL 165/2014 de 5/11, relativo à oportunidade extraordinária de regularização de atividades económicas; - que o art.º 6º do referido diploma admite que a regularização extraordinária se possa processar por conjuntos de explorações, enquanto setor de atividade específico; - o exposto no I/10117/2017. Propõe-se que a Câmara Municipal delibere remeter à Assembleia Municipal os pedidos de reconhecimento de interesse público municipal das explorações pecuárias, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa

ao livro de atas, para efeitos de subsequente candidatura à regularização extraordinária dessas explorações, na entidade coordenadora competente para o seu licenciamento, ao abrigo do DL 165/2014 de 5/11.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O reconhecimento de interesse municipal para as explorações pecuárias tem a ver com o seguinte: No nosso concelho existem 203 explorações pecuárias, cujos títulos de exploração são provisórios. Tendo sido 36 já merecedores de reconhecimento de interesse público municipal para efeito de instrução de candidaturas ao regime extraordinário de legalização das atividades económicas, pelo que se apresentam hoje mais cinco para que possam ser legalizadas ao abrigo do decreto de lei 165/2014.=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto onze:** PI/3402/2016 – MAJC – Plásticos Lda., Carregosa – Reconhecimento de Interesse Público Municipal, no âmbito do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - no âmbito das suas atribuições, compete à Câmara Municipal, no que respeita ao planeamento e desenvolvimento, promover e apoiar o desenvolvimento de projetos de interesse municipal, - que a empresa requerente solicitou o reconhecimento de interesse público municipal, com vista à formalização de um pedido de classificação de solo junto da RAN, para o futuro licenciamento da ampliação das suas instalações, considerando ainda o parecer técnico registado sob o I/72894/2016, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, que enquadra e fundamenta tal pedido de reconhecimento, propõe-se, que seja aprovado pelo executivo municipal remeter à Assembleia Municipal para deliberação, o reconhecimento do interesse público municipal da empresa MAJC - Plásticos Lda.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Trata-se de um pedido de reconhecimento de interesse público municipal da empresa MAJC - Plásticos Lda. – Carregosa para licenciamento de ampliação das suas

instalações, com vista à sua expansão para novos mercados e à conseqüente criação de novos postos de trabalho. =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto doze:** *PI/5079/2016 – PLATEC – Injeção de Moldes, Lda. – Relocalização do troço de ligação da Rua do Amial à Rua das Cancelas, sito na freguesia de S. Roque – Desafetação de parcela de terreno – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido da empresa PLATEC – Injeção de Moldes, Lda., sediada na Rua das Cancelas, na Freguesia de S. Roque, Concelho de Oliveira de Azeméis, de relocalização/alteração do troço de ligação da Rua do Amial à Rua das Cancelas, registado sob o E/3310/2017; - Que as razões invocadas para a dita relocalização se prendem com a necessidade urgente de ampliação da atual unidade fabril resultado das exigências do setor de atividade; - Que a empresa se compromete a executar todas as obras de alteração do arruamento de acordo com as orientações dos serviços técnicos municipais, instruindo o devido pedido de licenciamento de obras de urbanização; - Que esta operação implica a desafetação de 477m² de área de domínio público (parte do arruamento existente) para integrar o terreno do requerente, resultando ainda, e da mesma operação, a cedência de 711m² para a execução do novo arruamento; Considerando ainda: - O parecer favorável da Junta de Freguesia de S. Roque, anexo ao E/3310/2017; - A informação interna registada sob o I/9426/2016 do Gabinete de Projetos da Câmara Municipal; - O parecer técnico do Núcleo de Apoio às Atividades e Projetos Empresariais, registado sob o I/10572/2017, que reconhece de grande importância socioeconómica para o Município do investimento previsto realizar pela empresa na eventualidade da sua solicitação ser viabilizada, propõe-se: - Que se aprove o pedido de relocalização/alteração do troço de ligação da Rua do Amial à Rua das Cancelas, sito na freguesia de S. Roque, no termos apresentados e validados pelos serviços técnicos da Câmara Municipal; - que na sequência desta aprovação, se delibere desafetar do domínio público a área de 477m² para integração do terreno do requerente, chamando-se a atenção para o facto de, na operação em questão, ser posteriormente cedida pelo requerente ao domínio público, mais área do que a desafetada.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Desafetação do domínio público da área de 477m² para integrar o terreno do requerente e posteriormente haver necessidade de fazer uma correção em termos do novo arruamento com cedência ao domínio público.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto treze:** *PI/270/2014 – Maria Luísa de Sousa Aleixo Duarte – Pedido de isenção de pagamento de taxa devida pela ocupação do espaço público com esplanada fechada – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de isenção do pagamento da taxa de ocupação do espaço público com esplanada fechada, registado sob o E/36360/2016, - a necessidade de estimular as atividades comerciais nas ruas e praças pedonais do concelho; - que da dinamização das atividades comerciais e outras iniciativas resultará a promoção e animação do centro urbano da cidade; - que na atual conjuntura económica do país, o pagamento de taxas desincentiva a instalação de esplanadas e outras iniciativas dinamizadoras das atividades económicas; - que a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais relativamente às taxas aplicadas pelo município, nos termos do art.º 6º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais, proponho: Que se aprove remeter à Assembleia Municipal, com os fundamentos e ao abrigo das disposições legais referidas nos considerandos que antecedem, e sem prejuízo do licenciamento ou outros procedimentos legais exigíveis, a aprovação da isenção de taxa pela ocupação do espaço público com esplanada fechada para os meses em que tal isenção não decorre do atual regulamento municipal de ocupação do espaço público - 6 meses, no valor de 709,80€.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Falta acrescentar que é pelo tempo de seis meses e que esta esplanada se situa na Rua Bento Carqueja.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, registando-se a seguinte*

votação: a favor: catorze votos do PSD, dois votos do CDS/PP e o voto do Independente Pedro Miguel da Silva Barbosa, na qualidade de representante legal do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - contra: dezasseis votos do PS.=====

===== Para efetuar uma interpelação à Mesa o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado, Bruno Aragão, do PS. =====

===== A dignidade destas Assembleias passa também por este tipo de cuidados e pela forma e pela posura que nós adotamos nestas questões. Obrigado. =====

===== **Ponto catorze:** PI/960/2015 – Avelina Emilia Queirós da Costa Pinho – Pedido de isenção de taxas relativas à legalização de estabelecimento comercial – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando o teor da declaração emitida pela Junta de Freguesia de Cesar, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se a aprovação do pedido de isenção de taxas no valor de 2.304,17€, pela compensação de cedência de terreno ao domínio público para alargamento de vias. Esta proposta deverá ser remetida para aprovação da Assembleia Municipal.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Aqui propõe-se a aprovação do pedido de isenção de taxas no valor de 2.304,17€, pela compensação de cedência de terreno ao domínio público para alargamento de vias. E tem também aqui nos documentos a referência da Junta de Freguesia de Cesar que é explicativa. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quinze:** Proposta de sinalização vertical na Rua de Casaldias, Freguesia de Martinho da Gândara – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes

de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º1, alínea rr); - Evitar o trânsito numa rua com uma curva muito apertada que não permite a circulação de veículos com comprimento acima dos 10 m. Propõe-se: a. Que seja aprovado a colocação de 3 sinais C7 – Trânsito proibido a veículos ou conjunto de veículos de comprimento superior a 10 metros, complementado pelo mod. 10a com a inscrição “exceto tratores agrícolas e transportes públicos”, sendo colocados do seguinte modo: - 1 na Rua Casaldias no entroncamento com a Rua da Fervença. - 1 na Rua Casaldias no entroncamento com a Rua Manuel Alves de Oliveira. - 1 na Rua de Sá no cruzamento com a Rua de Massada e Rua do Outeiro, com a indicação de “a 400 m”. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Este ponto é uma proposta apresentada pela Junta de Freguesia e não tenho nada a acrescentar. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de António Marques – Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara e António Cruz do PSD. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor António Marques - Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Gândara. =====

===== Muito boa noite a todos. Considerem-se todos cumprimentados na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. Só para vos dizer que é com muita satisfação que a Junta de Freguesia vê esta proposta ser apresentada à Assembleia Municipal, a qual teve a votação por unanimidade na Assembleia de Freguesia e vem resolver um grande problema de trânsito na freguesia. Contudo, existe um pequeno erro na redação da proposta: Na primeira alínea, onde consta: -“1 - na Rua Casaldias no entroncamento com a Rua da Fervença.” Não é Rua da Fervença, mas Rua Regedor António Dias da Costa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor António Cruz, do PSD. =====

===== *Boa noite. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor Presidente. Em relação a este ponto: Resta-me aqui uma dúvida e, por isso, irei no sentido da abstenção. Porque o troço que se pretende limitar tem acesso por três vias. Se duas estão condicionadas, a outra não tem nenhuma sinalética que a sinalize. Portanto, eu não percebo porque é que não há de a terceira via ter uma sinalética e que também vete a passagem aos pesados. Quem entrar pela terceira via, sei que não é usual, mas quem entrar pela terceira via vai transitar num sítio proibido mas transita legalmente porque não tem lá nenhum sinal que o proíba de entrar nessa via.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao senhor António Marques - Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Gândara.* =====

===== *Bem, nós temos consciência da situação. Só que o problema não passa só por essa via. Qual é o problema? O problema é normalmente camiões estrangeiros que vêm à Aspock e o gps manda-os por esta via que nós estamos a tentar impedir o trânsito. E depois chegam a uma certa parte da via que não conseguem passar porque há uma curva apertada e o camião não consegue desfazer a curva. Implicando que tem que recuar bastante e tem causado bastantes danos nas propriedades, nos muros, inclusive precisam da ajuda dos populares para saírem de lá. E, daí, nos estarmos a falar nestas duas vias. Isto não se pôs em Assembleia de Freguesia também porque os camiões normalmente pela outra via o gps não os manda e não existem erros. Claro que poderá ser uma situação a melhorar no futuro. Mas eu apelo à Assembleia a votação favorável desta proposta, uma vez que recebeu voto de todas as bancadas com assento na Assembleia de Freguesia, porque é uma situação que está causar grande transtorno não só para os camiões mas também para a população. Estamos abertos também a melhorias no futuro. Agora, convém esta situação já ficar resolvida e no futuro poderemos também levar essa situação à Assembleia de Freguesia e aprovar.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada com a seguinte votação: a favor: treze votos do PSD, dezasseis votos do PS, dois votos do CDS/PP e o voto do Independente Pedro Miguel da Silva Barbosa, na qualidade de representante legal do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - abstenções: uma do PSD.* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de sinalização vertical na Rua da Espinheira, Freguesia de S. Martinho da Gândara – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes*

de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º1, alínea rr); - Informar a existência de cruzamentos / entroncamentos para evitar ultrapassagens perigosas. Propõe-se: a. Que seja aprovado a colocação de dois sinais B8 – (Cruzamento com via sem prioridade), na Rua da Espinheira, um de cada lado perto do cruzamento com a Rua Manuel José da Silva e Rua dos Bajuncos, em S. Martinho da Gândara. b. Que seja aprovado a colocação dos sinais B9a e B9b – (Entroncamento com via sem prioridade), na Rua da Espinheira, um de cada lado perto do entroncamento com a Rua da Foga, em S. Martinho da Gândara. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”

==== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

==== Senhor Presidente eu solicitava que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos. =====

==== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:=====

==== Alguém se opõe? Esta situação deve-se a que o presidente da Junta ed Freguesia não foi ouvido nesta matéria. E, portanto, houve aqui um lapso e este ponto não está suficientemente discutido para poder ser esclarecido aqui na Assembleia Municipal. E não iríamos votar uma situação mal esclarecida. Portanto, se estivessem todos de acordo, retirávamos o ponto. =====

==== Retirado. =====

==== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =====

==== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos =====

==== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

==== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== *Dizer que o presidente da Junta de Loureiro atento e sabendo que estas Assembleias por vezes se estendem um bocadinho tem ali, para que as pessoas se sintam um bocadinho mais confortadas, um pequeno beberete. Muito obrigado a todos.*=====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 21 horas e 40 minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa.*=====